

EXERCÍCIOS DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – FISCAL DE RENDAS DO RJ
(2007/2008/2009/2010)

Legislação Tributária (2007)

41. Nos termos do Decreto 2.473/79, são interessados para postular em processo administrativo tributário: (2007)

- (A) qualquer cidadão.
- (B) apenas o contribuinte.
- (C) apenas advogado, formalmente inscrito na Ordem dos Advogados.
- (D) além do contribuinte, todo aquele a quem a lei atribuir responsabilidade pelo pagamento de crédito tributário ou cumprimento de obrigação acessória.
- (E) o contribuinte e seus parentes diretos.

42. Nos termos do Decreto 2.473/79, o prazo para efetivação de diligências é de: (2007)

- (A) 15 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 2 dias.

43. No caso de transmissão de títulos, créditos, ações, quotas, valores e outros bens móveis de qualquer natureza, bem como dos direitos a eles relativos, o imposto é devido ao Estado do Rio de Janeiro se nele tiverem domicílio as pessoas relacionadas nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a. (2007)

- (A) o doador, ou se nele se processar a sucessão
- (B) o donatário, na hipótese em que o doador tenha domicílio ou residência no exterior
- (C) o donatário, em qualquer hipótese
- (D) o herdeiro ou legatário, se a sucessão tiver sido processada no exterior
- (E) o herdeiro ou legatário, se o *de cuius* possuía bens, era domiciliado ou residente no exterior, ainda que a sucessão tenha sido processada no país.

44. Nos termos da Lei 2.657/96, **não** integra(m) a base de cálculo do ICMS: (2007)

- (A) o montante do próprio imposto.
- (B) o valor do frete, exclusivamente quando for efetuado pelo próprio remetente.
- (C) o valor do frete, quando for efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem, e seja cobrado em separado.
- (D) o valor correspondente a seguro, juro e qualquer importância paga, recebida ou debitada.
- (E) descontos concedidos sob condição.

45. **Não** é correto afirmar que estão isentos(as) das taxas de serviços estaduais: (2007)

- (A) as autarquias instituídas e mantidas pelo Estado do Rio de Janeiro.
- (B) a União, os demais Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações desde que, em suas legislações, dispensem ao Estado

do Rio de Janeiro e suas autarquias e fundações o mesmo tratamento tributário.

(C) os partidos políticos, as instituições de educação e de assistência social, observados quanto a essas entidades os requisitos estatutários fixados no Decreto-lei 5/75.

(D) as empresas públicas instituídas e mantidas pelo Estado do Rio de Janeiro.

(E) as fundações instituídas e mantidas pelo Estado do Rio de Janeiro.

46. Assinale a afirmação **incorreta** a respeito das regras contidas na Lei Complementar 24/75. (2007)

(A) Além de ser aplicável às isenções, a LC 24/75 deve ser observada em casos de devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros.

(B) Os convênios de que trata a LC 24/75 serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo Federal.

(C) A LC 24/75 determina que até dez dias depois de findo o prazo de ratificação dos convênios promover-se-á, segundo o disposto em Regimento, a publicação relativa à ratificação ou à rejeição no Diário Oficial da União.

(D) A cada reunião, devem ser apreciados, ao menos, cinco propostas de Convênio.

(E) Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação.

47. Nos termos da Lei Complementar 87/96, o ICMS **não** incide sobre: (2007)

I. operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;

II. o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

III. operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Analise os itens acima e assinale: (2007)

(A) se nenhum item estiver correto.

(B) se somente os itens I e II estiverem corretos.

(C) se somente os itens II e III estiverem corretos.

(D) se somente os itens I e III estiverem corretos.

(E) se todos os itens estiverem corretos.

48. Nos termos do Decreto 2.473/79, assinale a afirmativa **incorreta** a respeito do processo de consulta tributária. (2007)

(A) Compete ao Coordenador de Tributação da Superintendência de Administração Tributária, ou a quem ele delegar, decidir em processo de consulta.

(B) Da solução dada à consulta cabe recurso voluntário para o Superintendente de Administração Tributária, no prazo de 30 dias.

(C) Não cabe pedido de reconsideração da decisão proferida, em primeira e segunda instâncias, no processo de consulta.

(D) Respondida a consulta, o processo será devolvido à repartição de origem, para que esta cientifique o consulente,

intimando-o, quando for o caso, a adotar o entendimento da administração e recolher o tributo porventura devido em prazo não inferior a 15 (quinze) dias.

(E) O recurso voluntário de solução de consulta possui efeito suspensivo.

49. Nos termos da Lei 2.877/97, **não** é(são) isento(s) do IPVA: (2007)

(A) os veículos sorteados pela Loteria do Estado do Rio de Janeiro – Loterj, exclusivamente no exercício em que ocorrer a entrega do prêmio ao ganhador.

(B) locomotivas e similares utilizados nos serviços de transporte público de passageiros ou de cargas.

(C) o veículo anfíbio dotado de força motriz própria, ainda que complementar ou alternativa de fonte de energia natural.

(D) os veículos automotores de propriedade das pessoas jurídicas de direito público externo, quando destinados ao uso de sua missão diplomática ou consulado.

(E) a embarcação pertencente a pescador, pessoa física, utilizada na atividade artesanal ou de subsistência, comprovada por entidade representativa da classe, limitada a um veículo por beneficiário.

50. Tomando por base as normas do Decreto 2.473/79, assinale a afirmativa **incorreta**. (2007)

(A) Se a decisão for omissa a respeito de ponto sobre o qual deveria pronunciar-se, o Presidente da Junta de Revisão Fiscal determinará o sobrestamento do processo e devolvê-lo-á à autoridade julgadora, para que decida integralmente o mérito.

(B) Da decisão de primeira instância, cabe recurso voluntário, total ou parcial, para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 15 dias.

(C) Compete ao Secretário julgar os recursos de decisões do Conselho de Contribuinte interpostos pelo Representante Geral da Fazenda.

(D) Compete ao Secretário decidir sobre as propostas de aplicação de equidade apresentadas pelo Conselho de Contribuintes.

(E) Compete ao Secretário avocar processo administrativo-tributário, para efeito de decisão ou novo encaminhamento, visando a resguardar interesse de ordem pública, e à estrita observância da Justiça fiscal e da legalidade dos atos.

51. De acordo com o Decreto 2.473/79, sujeitam-se à impugnação: (2007)

I. indeferimento de pedido de restituição de tributo, acréscimos ou penalidades;

II. recusa de recebimento de tributo, acréscimos ou penalidades que o contribuinte procure, espontaneamente, recolher;

III. lançamento de tributo cujo cálculo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos.

Analise os itens acima e assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

52. Nos termos do Decreto 2.473/79, o prazo máximo para emissão de pareceres, informações fundamentadas, apresentação de laudos e prolação de decisões é de: (2007)

- (A) 15 dias. (B) 20 dias.
- (C) 5 dias. (D) 30 dias.
- (E) 10 dias.

53. Nos termos do Decreto 2.473/79, na esfera administrativa, o litígio se encerra com os seguintes atos, **à exceção de um**. Assinale-o. (2007)

- (A) qualquer ato que importe confissão de dívida ou reconhecimento da exigência do crédito tributário
- (B) desistência do recurso
- (C) pagamento do auto de infração ou nota de lançamento
- (D) pedido de parcelamento
- (E) decisão proferida por uma das Câmaras do Conselho de Contribuintes, desfavorável ao sujeito passivo.

54. Nos termos da Lei 2.657/96, assinale a afirmativa **incorreta**. (2007)

- (A) O Secretário de Estado de Fazenda poderá autorizar inscrição de contribuintes que não seja obrigatória, bem como dispensá-la nos casos que considerar conveniente.
- (B) No interesse da arrecadação, controle e fiscalização do imposto, o Secretário de Estado de Fazenda poderá instituir, substituir ou dispensar livros e documentos fiscais.
- (C) O cancelamento ou a baixa da inscrição não implicam quitação de quaisquer débitos porventura existentes.
- (D) No interesse da arrecadação, controle e fiscalização do imposto, o Secretário de Estado de Fazenda poderá estabelecer regime especial para cumprimento das obrigações acessórias pelo contribuinte.
- (E) Os armazéns gerais não são obrigados a inscrever seus estabelecimentos antes de iniciarem suas atividades.

55. De acordo com o art. 1º da Lei 8.137/90, qual das condutas a seguir **não** constitui crime contra a ordem tributária? (2007)

(A) Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.

(B) Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.

(C) Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda ou qualquer outro elemento relativo à operação tributável.

(D) Reduzir a carga tributária por meio de Elisão.

(E) Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documentos equivalentes, relativos a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

56. De acordo com a Lei 2.657/96, nos casos de transporte de mercadoria ou prestação de serviço de transporte, sem documentação fiscal ou com documentação inidônea, ou, ainda, no caso de entrega de mercadoria a destinatário diverso do indicado no documento fiscal, a multa aplicável será de: (2007)

(A) 80% do valor do imposto devido ou de 40% do que incidiria, se tributada fosse a saída da mercadoria ou a prestação de serviço, nunca inferior a 400 UFIRs.

(B) 50% do valor do imposto devido ou de 25% do que incidiria, se tributada fosse a saída da mercadoria ou a prestação de serviço, nunca inferior a 200 UFIRs.

(C) 10% do valor do imposto devido ou de 5% do que incidiria, se tributada fosse a saída da mercadoria ou a prestação de serviço, nunca inferior a 120 UFIRs.

(D) 100% do valor do imposto devido ou de 50% do que incidiria, se tributada fosse a saída da mercadoria ou a prestação de serviço, nunca inferior a 500 UFIRs.

(E) 20% do valor do imposto devido ou de 10% do que incidiria, se tributada fosse a saída da mercadoria ou a prestação de serviço, nunca inferior a 50 UFIRs.

57. Nos termos do art. 1º do Decreto-lei 5/75, o Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro compõe-se dos dispositivos constantes do próprio Decreto-lei 5, de 15 de março de 1975, obedecidos os mandamentos oriundos: (2007)

(A) dos tratados internacionais, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, das leis complementares e do Código Tributário Nacional.

(B) da Lei 2.657/96 e das demais leis expedidas pela Assembléia Legislativa.

(C) da Constituição da República Federativa do Brasil, das leis complementares e do Código Tributário Nacional.

(D) dos decretos, das resoluções e das portarias expedidas pela Secretaria de Estado de Fazenda.

(E) da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, das leis complementares e do Código Tributário Nacional.

58. De acordo com o art. 2º do Código Tributário Estadual, os tributos estaduais são: (2007)

(A) os impostos sobre transmissão *causa mortis* e transmissão onerosa de bens imóveis, circulação de mercadorias e serviços, propriedade de veículos automotores, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, e contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.

(B) os impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, circulação de mercadorias e serviços de qualquer natureza, propriedade de veículos automotores, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, e contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.

(C) os impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, circulação de mercadorias e serviços, propriedade de veículos automotores, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, de iluminação pública, e contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.

(D) os impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, circulação de mercadorias e serviços, propriedade de veículos automotores, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, e contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas ou privadas.

(E) os impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, circulação de mercadorias e serviços, propriedade de veículos automotores, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, e contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.

59. Nos termos da Lei 2.657/96, o ICMS incide sobre operações: (2007)

- (A) com livro em branco ou simplesmente pautado, bem como o utilizado para escrituração de qualquer natureza.
- (B) que destinem ao exterior mercadorias ou serviços.
- (C) que destinem a outro Estado e Distrito Federal energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificante e combustível líquido e gasoso dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
- (D) com artigo funerário, quando promovida por empresa do ramo concomitantemente com a prestação de serviço funerário.
- (E) com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

60. As alíquotas internas do ICMS são: (2007)

- (A) aplicadas quando o destinatário da mercadoria, em outro Estado da federação, for contribuinte do ICMS.
- (B) aplicadas nas operações interestaduais, quando o destinatário da mercadoria não for contribuinte do ICMS.
- (C) inferiores às previstas para as operações interestaduais.
- (D) fixadas por lei complementar.
- (E) uniformes para todas as mercadorias e serviços.

61. De acordo com o Decreto-lei 5/75, são nulos: (2007)

- (A) os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor incompetente; as decisões mal fundamentadas; os atos ou decisões que impliquem preterição ou prejuízo do direito de defesa; o auto de infração e a nota de lançamento que formularem exigência de tributo ou multa descabida.
- (B) os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor em desacordo com o devido processo legal; as decisões não fundamentadas; o auto de infração e a nota de lançamento que formularem exigência de tributo ou multa já efetuada anteriormente, mediante idêntico procedimento.
- (C) as decisões não fundamentadas; os atos ou decisões que impliquem preterição ou prejuízo do direito de defesa; o auto de infração e a nota de lançamento que formularem exigência de tributo considerado indevido pelo Supremo Tribunal Federal, em controle difuso de constitucionalidade.
- (D) os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor incompetente; as decisões não fundamentadas; os atos ou decisões que impliquem preterição ou prejuízo do direito de defesa; o auto de infração e a nota de lançamento que formularem exigência de tributo ou multa já efetuada anteriormente, mediante idêntico procedimento.
- (E) os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor

incompetente; as decisões contrárias à Fazenda e ao interesse público; os atos ou decisões que impliquem preterição ou prejuízo do direito de defesa; o auto de infração e a nota de lançamento que formularem exigência de tributo ou multa já efetuada anteriormente, mediante idêntico procedimento.

62. Nos termos do Decreto 2.473/79, as petições devem conter o indicado nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a. (2007)

(A) o nome, razão social ou denominação do requerente, seu endereço, atividade profissional ou econômica e números de inscrição no Cadastro Fiscal do Estado e no Cadastro Fiscal Federal

(B) a pretensão e seus fundamentos, expostos com clareza e precisão

(C) os meios de prova com que o interessado pretende demonstrar a verdade de suas alegações

(D) o pedido com suas especificações

(E) a indicação obrigatória, após a assinatura do nome completo do signatário, do número e do órgão expedidor de sua carteira de identidade e do número do seu CPF

63. Sobre o processo administrativo tributário, assinale a afirmativa correta. (2007)

(A) Das decisões do Conselho de Contribuintes cabe recurso: para o Conselho Pleno, quando a decisão de Câmara for unânime ou divergir de decisão proferida por outra Câmara ou pelo Conselho Pleno, relativamente ao direito em tese; e para o Secretário de Estado de Fazenda, quando a decisão de Câmara ou do Conselho Pleno, desfavorável à Fazenda, for contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo.

(B) Das decisões do Conselho de Contribuintes cabe recurso: para o Conselho Pleno, quando a decisão de Câmara não for unânime ou divergir de decisão proferida por outra Câmara ou pelo Conselho Pleno, relativamente ao direito em tese; e para o Secretário de Estado de Fazenda, quando a decisão de Câmara, ou a decisão acordada por menos de três quartos do Conselho Pleno, desfavorável à Fazenda, for contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo, e não couber o recurso ao Conselho Pleno, mantido o princípio do contraditório.

(C) Das decisões do Conselho de Contribuintes cabe recurso: para o Conselho Pleno, quando a decisão de Câmara não for unânime; e para o Secretário de Estado de Fazenda, quando a decisão de Câmara, ou a

decisão do Conselho Pleno, desfavorável à Fazenda, for contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo.

(D) Das decisões do Conselho de Contribuintes cabe recurso para o Conselho Pleno, quando a decisão de Câmara for desfavorável à Fazenda, contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo.

(E) Das decisões do Conselho de Contribuintes cabe recurso: para o Conselho Pleno, quando a decisão de Câmara não for unânime nem divergente de decisão proferida por outra Câmara ou pelo Conselho Pleno; e para o Secretário de Estado de Fazenda, quando a decisão de Câmara divergir de decisão proferida por outra Câmara ou pelo Conselho Pleno, relativamente ao direito em tese.

64. Nos termos do art. 1º da Lei Complementar 24/75, as isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios, celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal. E, nos termos do parágrafo único desse artigo, essa regra também é aplicável aos seguintes institutos de direito tributário: (2007)

(A) redução da base de cálculo; devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; concessão de créditos presumidos; quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; prorrogações e às extensões das isenções.

(B) redução da base de cálculo; diferimentos; devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; concessão de créditos presumidos; quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; prorrogações e às extensões das isenções.

(C) redução da base de cálculo; devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; concessão de créditos presumidos; quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; prorrogações e às extensões das isenções; prorrogação de prazos para pagamento do

imposto.

(D) redução da base de cálculo; devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; concessão de créditos presumidos; quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; prorrogações e às extensões das isenções; benefícios fiscais relativos aos demais tributos estaduais.

(E) redução da base de cálculo; devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; concessão de créditos presumidos; benefícios fiscais relativos ao imposto sobre produtos industrializados; quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; prorrogações e às extensões das isenções.

65. Somente darão direito de crédito de ICMS as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento nele entradas a partir de: (2007)

(A) 1º de janeiro de 2008.

(B) 1º de janeiro de 2011.

(C) 1º de janeiro de 2010.

(D) 1º de janeiro de 2009.

(E) 1º de janeiro de 2012.

66. De acordo com o Decreto-lei 5/75, o ingresso do interessado em juízo, postulando matéria contida em processo administrativo-tributário, originário de auto de infração ou nota de lançamento importará: (2007)

(A) confissão de dívida, renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência de recurso acaso interposto.

(B) renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa, desistência de recurso acaso interposto e impedimento de participar em licitação com o Poder Público.

(C) renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência de recurso acaso interposto.

(D) renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência de recurso acaso interposto, ainda que relativo a outro processo administrativo que tenha o mesmo objeto.

(E) renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa, desistência de recurso acaso interposto e suspensão da inscrição estadual.

67. É correto afirmar que, de acordo com o Regulamento do ICMS: (2007)

(A) o direito ao crédito decorrente da entrada de mercadoria destinada ao ativo fixo ou permanente é condicionado a que a mercadoria esteja vinculada a qualquer atividade do contribuinte.

(B) a apropriação do direito ao crédito decorrente da entrada de mercadoria destinada ao ativo fixo ou permanente será feita integralmente, no mês em que ocorrer a entrada da mercadoria no estabelecimento.

(C) a apropriação do direito ao crédito decorrente da entrada de mercadoria destinada ao ativo ou permanente será feita à razão de 1/48 por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada da mercadoria no estabelecimento.

(D) a expressão mercadoria destinada ao ativo fixo ou permanente compreende todo e qualquer bem imóvel, novo ou usado, acabado ou semi-acabado, matériaprima, produto intermediário, material de embalagem ou de uso e consumo.

(E) o fato gerador ocorre no momento da entrada no estabelecimento do contribuinte de mercadoria proveniente de outra unidade da federação, destinada ao ativo fixo ou permanente, sendo a base de cálculo do imposto devido o valor de que decorrer a entrada da mercadoria no estabelecimento e o imposto a pagar resultante da aplicação, sobre a referida base de cálculo, do percentual fixado para as operações internas.

68. De acordo com a Lei Complementar 87/96, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto incidente na importação no momento: (2007)

(A) da entrada das mercadorias ou bens importados do exterior no estabelecimento e do recebimento pelo destinatário de serviço prestado no exterior.

(B) do fechamento de câmbio relativo às mercadorias ou bens importados do exterior e do recebimento pelo destinatário de serviço prestado no exterior.

(C) do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior e do pagamento pelo destinatário de serviço prestado no exterior.

(D) do desembaraço aduaneiro das mercadorias ou bens importados do exterior e do serviço prestado no exterior.

(E) do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior e do recebimento pelo destinatário de serviço prestado no exterior.

69. De acordo com a Lei Complementar 87/96, na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo

do ICMS é: (2007)

(A) o valor correspondente à última entrada da mercadoria; o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra, acondicionamento e margem de lucro; tratando-se de mercadorias não-industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

(B) o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria; o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento; tratando-se de mercadorias não-industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

(C) o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria; o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento; tratando-se de mercadorias não-industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento destinatário.

(D) o valor correspondente à entrada mais antiga da mercadoria no estabelecimento, o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento, e tratando-se de mercadorias não-industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

(E) o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria; o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento; tratando-se de mercadorias industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

70. De acordo com a Lei 2.657/96, a alíquota do ICMS é: (2007)

(A) em operação ou prestação interestadual que destine bem ou serviço a consumidor final não-contribuinte: 18%; em operação ou prestação interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto localizado: a) nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo: 7%; b) nas demais regiões: 10%.

(B) em operação ou prestação interestadual que destine bem ou serviço a consumidor final não-contribuinte: 18%; em operação ou prestação interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto localizado: a) nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado

do Espírito Santo: 7%; b) nas demais regiões: 12%.
(C) em operação ou prestação interestadual que destine bem ou serviço a consumidor final não-contribuinte: 17%; em operação ou prestação interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto localizado: a) nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo: 7%; b) nas demais regiões: 12%.
(D) em operação ou prestação interestadual que destine bem ou serviço a consumidor final não-contribuinte: 18%; em operação ou prestação interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto localizado: a) nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo: 7%; nas demais regiões: 11%.
(E) em operação ou prestação interestadual que destine bem ou serviço a consumidor final não-contribuinte: 15%; em operação ou prestação interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto localizado: a) nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo: 7%; b) nas demais regiões: 12%.

71. Será objeto de recolhimento do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD: (2007)

- (A) a dação em pagamento.
- (B) o oferecimento de bens imóveis em garantia.
- (C) a consolidação da propriedade na pessoa do fiduciário.
- (D) a transmissão de bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento.
- (E) a doação de bens em adiantamento de legítima.

72. **Não** podem ser elencados entre os contribuintes do ICMS: (2007)

- (A) os prestadores de serviços de transportes municipais.
- (B) as empresas estatais.
- (C) as pessoas físicas importadoras de mercadorias do exterior.
- (D) as cooperativas.
- (E) os prestadores de serviços de comunicação de âmbito municipal.

73. Tendo por base o Decreto 2.473/79, qual das hipóteses a seguir **não** está prevista como forma válida de intimação? (2007)

- (A) Pessoalmente, pelo autor do procedimento ou outro servidor a quem for conferida a atribuição, comprovando-se pelo "ciente" do intimado, de preposto seu ou, no caso de recusa de aposição de assinatura, pela declaração expressa de quem proceder a intimação.
- (B) Pela ciência dada na repartição ao interessado ou seu representante, em razão de comparecimento espontâneo

- ou a chamado do órgão onde se encontre o processo.
- (C) Por via postal, comprovando-se pelo aviso de recebimento (AR), assinado pelo intimado, seu representante ou por quem o fizer em seu nome.
 - (D) Por edital publicado uma única vez no Diário Oficial do Estado.
 - (E) Por e-mail cadastrado no sistema de Processamento de Dados da Secretaria de Estado de Fazenda.

74. Nos termos da Lei Complementar 87/96, o local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é: (2007)

- (A) o Estado onde estiver localizado o adquirente, em qualquer hipótese.
- (B) tratando-se de mercadoria ou bem, o Estado de onde o ouro tenha sido extraído, quando considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- (C) tratando-se de mercadoria ou bem, o domicílio do adquirente, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos.
- (D) tratando-se de bem importado do exterior, o Distrito Federal.
- (E) tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação, o estabelecimento da concessionária ou da permissionária que forneça ficha, cartão, ou assemelhados com que o serviço é pago.

75. Considerando o Decreto 2.473/79, em relação ao processo de consulta, assinale a afirmativa **incorreta**. (2007)

- (A) A consulta regularmente formulada suspende o curso da mora em relação à matéria sobre a qual ver-se a inicial.
- (B) O curso da mora recomeça a partir do dia seguinte àquele em que se torna definitiva a solução dada à consulta.
- (C) Enquanto não solucionada definitivamente a consulta, a autoridade fiscal pode constituir o crédito tributário e inscrevê-lo em Dívida Ativa.
- (D) A formulação da consulta é facultada às entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.
- (E) A consulta deve versar apenas sobre dúvidas ou circunstância atinentes à situação do consulente.

76. A multa cobrada por atraso na escrituração fiscal será, por mês ou fração de mês, por livro, de: (2007)

- (A) R\$ 10,00.
- (B) R\$ 50,00.
- (C) R\$ 20,00.
- (D) R\$ 30,00.
- (E) R\$ 15,00.

77. Nos termos do art. 40 da Lei 2.657/96, **não** configura fato gerador do ICMS a saída de mercadoria do estabelecimento em virtude de: (2007)

- (A) doação.
- (B) permuta.
- (C) comodato.
- (D) dação em pagamento.
- (E) venda do bem arrendado ao arrendatário, em operação de arrendamento mercantil.

78. Nos termos do Decreto 2.473/79, assinale a afirmativa correta. (2007)

- (A) O andamento do processo administrativo poderá ser suspenso, ainda que o interesse da Fazenda contraíndique a suspensão.
- (B) O prazo de suspensão não excederá a 360 dias, findo o qual o processo retomará o seu curso.
- (C) O ingresso do interessado em juízo só suspenderá o andamento do processo por determinação judicial.
- (D) Ocorrerá a perempção se o interessado não apresentar qualquer petição durante seis meses.
- (E) Não havendo interesse da Fazenda nem crédito tributário a recolher, o processo será suspenso durante um ano e, em seguida, arquivado.

79. A empresa Alfa, localizada no município de Macaé, importará dos Estados Unidos máquinas destinadas a seu ativo imobilizado. A importação será realizada pelo Aeroporto Internacional de Cabo Frio. A alíquota do ICMS incidente nessa importação será de: (2007)

- (A) 13%. (B) 18%.
- (C) 15%. (D) 17%.
- (E) 25%.

80. Considerando a Lei 2.657/96, o contribuinte **não** terá que efetuar o estorno do ICMS creditado na entrada da mercadoria no estabelecimento quando ela: (2007)

- (A) for objeto de saída tributada com alíquota interestadual, inferior à alíquota da entrada.
- (B) for objeto de saída não tributada ou isenta, sendo essa circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria.
- (C) vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- (D) vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.
- (E) gozar de redução da base de cálculo na operação subsequente, hipótese em que o estorno será proporcional à redução.

GABARITO OFICIAL

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| E | * | A | E | A | A | C | B | D | B | E | C | D | * | E | C | D | C | B | B |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| E | C | B | A | D | C | A | E | D | C | A | A | E | E | A | C | E | B | D | B |
| 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 |
| D | D | C | B | D | D | D | * | C | B | E | D | E | E | D | A | C | E | A | B |
| 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 |
| D | E | B | A | B | C | * | E | B | B | E | A | E | E | C | C | C | C | A | A |
| 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 |
| C | C | * | C | A | D | D | B | A | * | D | C | B | E | E | A | B | D | E | E |

* Questão anulada

Legislação Tributária (2008)

41. Foi aprovado, na sessão do Confaz realizada no dia 30 de julho de 2008 (conforme publicação no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008), um convênio cuja cláusula primeira autoriza os Estados e o Distrito Federal a concederem isenção do ICMS incidente na importação de determinados produtos.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

I. Conforme a classificação expressa na Lei Complementar 24/75, o referido convênio é autorizativo e não impositivo.

II. Segundo disposto na Lei Complementar 24/75, o referido convênio entrou em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

III. Vigente o referido convênio, os contribuintes do ICMS que importarem os produtos nele mencionados ficam isentos do pagamento do imposto respectivo.

IV. Segundo disposto na Lei Complementar 24/75, a eficácia do referido convênio só ocorrerá depois de aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado.

V. O referido convênio não se aplica no Estado do Rio de Janeiro, porque este não se fez representar, embora regularmente convocado, na sessão que aprovou a isenção lá estatuída.

VI. O referido convênio pode ter estabelecido que a produção de seus efeitos se daria a partir de 1º de janeiro de 2008.

Assinale: (2008)

(A) se nenhuma afirmativa estiver correta.

(B) se somente uma afirmativa estiver correta.

(C) se somente duas afirmativas estiverem corretas.

(D) se somente três afirmativas estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

42. A respeito da Taxa de Serviços Estaduais, assinale a afirmativa correta. (2008)

- (A) Incide nos serviços públicos estaduais definidos no Código Tributário Nacional.
- (B) Incide sobre todos os serviços públicos prestados pelo Estado do Rio de Janeiro.
- (C) Incide apenas nos atos e serviços expressamente enumerados em lista constante do Código Tributário Estadual.
- (D) Incide inclusive sobre os serviços de expedição de passaporte internacional.
- (E) Incide nos serviços públicos estaduais definidos em ato do Poder Executivo.

43. SOL Ltda., indústria de móveis sediada no Estado do Rio de Janeiro, apresenta em sua escrituração os seguintes registros: (2008)

I. mês de dezembro de 2007:

- valor do saldo credor de ICMS foi de R\$ 210,00;

II. mês de janeiro de 2008:

- valor do ICMS incidente sobre as mercadorias recebidas no mês para serem utilizadas como matérias-primas na industrialização de seus produtos: R\$ 15.000,00;

- valor do ICMS referente à energia elétrica consumida no mês no estabelecimento industrial: R\$ 2.500,00;

- vendas de produtos de sua fabricação para estabelecimento comercial localizado em Fortaleza-CE, para ser revendido: valor total das operações = R\$ 100.000,00;

- vendas de produtos de sua fabricação para estabelecimento comercial localizado em Curitiba-PR, para ser revendido: valor total das operações = R\$ 200.000,00;

- valor do ICMS referente à máquina entrada no estabelecimento em 15 de janeiro de 2008 e adquirida para integrar seu ativo imobilizado: R\$ 9.600,00;

- valor do ICMS referente à aquisição, no mês, de bens de consumo utilizados no estabelecimento: R\$ 1.000,00.

O valor do ICMS a recolher, relativo ao mês de janeiro de 2008 (sem considerar o adicional destinado ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades

Sociais), foi de:

- (A) R\$ 3.690,00.
- (B) R\$ 13.090,00.
- (C) R\$ 15.590,00.
- (D) R\$ 12.090,00.
- (E) R\$ 18.290,00.

44. Em relação à Taxa Judiciária nos Mandados de Segurança, é correto afirmar que: (2008)

- (A) não é devida, em qualquer hipótese.
- (B) é devida, a menos que o mandado seja preventivo.
- (C) não é devida, se a impetração for desprovida de valor econômico.
- (D) é devida, calculada sobre o valor que possa o impetrante vir a receber, com base no direito pleiteado.
- (E) é devida, sempre no valor mínimo legal.

45. O Fiscal de Rendas, na sede da empresa CÉU Ltda., lavrou, em 1º de abril de 2008, termo de início de ação fiscal, nele fixando prazo de dez dias úteis para apresentação de livros e documentos. Considerando que a fiscalização foi concluída em 25 de abril de 2008 e que CÉU Ltda. efetuou, em 15 de abril de 2008 e com os devidos acréscimos moratórios, o pagamento dos saldos devedores (ICMS) relativos aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2008 (devidamente escriturados em seus livros fiscais e cujos vencimentos se deram nos dias 10 dos correspondentes meses posteriores).

Assinale, dentre as alternativas a seguir, o correto procedimento da autoridade fiscal, em relação a tais fatos: (2008)

- (A) lavrar auto de infração para formalizar a exigência do ICMS recolhido sob ação fiscal e da multa de 25% do seu total.
- (B) não lavrar auto de infração, pois a denúncia espontânea da infração e o concomitante pagamento excluem a responsabilidade do contribuinte.
- (C) lavrar auto de infração para formalizar a exigência da multa de 25% do total do ICMS relativo aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2008.
- (D) não lavrar auto de infração, pois, quando do encerramento da ação fiscal, não havia débito algum.
- (E) lavrar auto de infração para formalizar apenas a exigência da multa de 25% do total do ICMS relativo aos meses de janeiro e fevereiro de

2008.

46. Se o contribuinte recolher com insuficiência a Taxa Judiciária: (2008)

- (A) o Estado poderá ingressar no processo e exigir o pagamento que for devido.
- (B) passados dois anos, o Estado não poderá mais exigir a diferença.
- (C) o Estado só poderá fazer a exigência da diferença antes da distribuição da ação.
- (D) o Estado não tem direito a diferença alguma, pois não procedeu à devida fiscalização.
- (E) o Estado só agirá, para exigir a diferença, se o Juiz da causa concordar.

47. Analise as interrogativas a seguir: (2008)

I. Cabe à autoridade julgadora cancelar as expressões descorteses contidas nas petições e pareceres?

II. Os documentos juntados às petições podem ser devolvidos em qualquer fase do processo?

III. As partes interessadas têm direito à certidão das peças do processo, inclusive de todos os pareceres?

Segundo a legislação estadual vigente, as respostas para as três perguntas são, respectivamente:

- (A) sim / sim / não. (B) não / sim / não.
- (C) sim / não / sim. (D) não / não / não.
- (E) sim / sim / sim.

48. Analise as afirmativas a seguir (todas pertinentes ao processo administrativo tributário estadual, segundo a legislação fluminense):

I. São admissíveis todas as espécies de prova em direito permitidas.

II. O pedido de perícia deve ser instruído com a formulação de quesitos.

III. O laudo pericial deve ser redigido e assinado pelo perito.

IV. A autoridade julgadora não poderá indeferir qualquer pedido de perícia.

V. Não é permitida a indicação de assistente técnico para acompanhar a realização da perícia.

Assinale: (2008)

- (A) se somente uma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente duas afirmativas estiverem corretas.
- (C) se somente três afirmativas estiverem corretas.
- (D) se somente quatro afirmativas estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

49. Na forma da vigente legislação do processo administrativo tributário fluminense, intitula-se “termo” (e não “auto”): (2008)

- (A) de constatação. (B) de apreensão.
- (C) de infração. (D) de arrecadação.
- (E) de intimação.

50. Na vigente legislação do processo administrativo tributário fluminense, da decisão de Primeira Instância: (2008)

- (A) cabe pedido de reconsideração.
- (B) sempre cabe recurso voluntário, mas sem efeito suspensivo.
- (C) cabe recurso *ex officio* ao Superintendente de Tributação Estadual.
- (D) cabe recurso voluntário, com efeito suspensivo.
- (E) cabe recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, se o valor do crédito tributário reclamado é superior a 5.000,00 UFIR-RJ.

51. Em relação à intimação por edital, nos termos da vigente legislação do processo administrativo tributário fluminense, assinale a afirmativa **incorreta**. (2008)

- (A) Não circulando no domicílio do intimado regularmente o Diário Oficial, e sendo o edital afixado no setor de atendimento externo da repartição, certificar-se-ão nos autos a data e o local onde foi afixado o edital.
- (B) Só cabe diante da impossibilidade de ser promovida pessoalmente ou por via postal.
- (C) Deve ser publicada uma única vez no Diário Oficial do Estado.
- (D) Se no domicílio do intimado não circular regularmente o Diário Oficial, o edital será afixado no setor de atendimento externo da repartição.
- (E) Considerar-se-á feita cinco dias após a publicação no Diário Oficial.

52. A respeito da consulta sobre matéria tributária, na vigente legislação do processo administrativo tributário fluminense, assinale a alternativa correta. (2008)

- (A) Deve ser respondida pelo Presidente da Junta de Revisão Fiscal.
- (B) Pode ser formulada por qualquer pessoa, física ou jurídica.
- (C) Deve versar apenas sobre dúvidas atinentes à situação do consulente.

(D) Interrompe o curso da mora em relação à matéria sobre a qual verse.

(E) Deve ser conhecida, mesmo se for apresentada após o início de qualquer procedimento fiscal contra o contribuinte.

53. Um fabricante de doces, estabelecido no Rio de Janeiro, vende produtos de sua fabricação a uma loja comercial localizada em um *shopping center* de Vitória-ES, para lá serem revendidos. (2008)

A esse respeito, é correto afirmar que:

(A) o ICMS deve ser calculado na alíquota de 7% (mais o adicional destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza).

(B) o ICMS deve ser calculado sobre o valor da operação, com inclusão do montante do IPI.

(C) o ICMS é também devido ao Estado do Espírito Santo, calculado por “diferencial de alíquotas”.

(D) o estabelecimento adquirente não tem direito de creditar-se do ICMS por tratar-se de operação interestadual com alíquota reduzida.

(E) o ICMS deve ser calculado na alíquota de 7% (mais o adicional destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza), apenas no caso de os produtos se destinarem ao consumo no estabelecimento adquirente.

54. À luz da legislação do ICMS do Estado do Rio de Janeiro, as aquisições de veículo novo por taxista e por portador de deficiência física são, respectivamente, hipóteses de: (2008)

(A) isenção e isenção.

(B) isenção e não-incidência.

(C) suspensão e isenção.

(D) não-incidência e isenção.

(E) não-incidência e não-incidência.

55. O pagamento do ICMS relativo a serviço de transporte de carga deve ser efetivado: (2008)

(A) antes do início da prestação, se a empresa de transporte sediada fora do Estado não for inscrita no cadastro de contribuintes, e se o remetente da mercadoria for contribuinte do ICMS.

(B) antes do início da prestação, se a empresa de transporte, inscrita no cadastro de contribuintes, efetuar subcontratação.

(C) nos prazos normais, se a empresa de transporte for inscrita no cadastro de contribuintes do Estado.

(D) antes do início da prestação, se a empresa de

transporte tiver sua sede em outro Estado.

(E) até o dia 10 do mês subsequente, se o remetente for contribuinte do ICMS, fazendo-o na condição de contribuinte substituto.

56. Analise as afirmativas a seguir: (2008)

I. Nas operações ou prestações que destinem mercadorias ao exterior, não há incidência do ICMS, devendo o contribuinte exportador estornar o crédito do imposto cobrado nas operações anteriores.

II. O ICMS incidente na importação de mercadorias e bens é devido ao Estado do seu estabelecimento destinatário.

III. Nas operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento comercial, não há incidência do ICMS.

IV. Nas operações interestaduais com lubrificantes, combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, não incide o ICMS, nada importando a destinação dos produtos no Estado do adquirente.

V. Na venda do bem arrendado a arrendatário contribuinte do ICMS, resultante de arrendamento mercantil, há isenção do ICMS.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.

(B) se somente as afirmativas II, III e V forem verdadeiras.

(C) se somente as afirmativas I, IV e V forem verdadeiras.

(D) se somente as afirmativas II, V forem verdadeiras.

(E) se somente as afirmativas II, III, IV e V forem verdadeiras.

57. À luz da legislação do Estado do Rio de Janeiro, relativamente ao fideicomisso: (2008)

(A) é calculado o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD) sobre 50% (cinquenta por cento) do valor do bem ou direito.

(B) em sua instituição, é devido o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD).

(C) há isenção do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD) quando da consolidação da propriedade na pessoa do fideicomissário, face à morte do fiduciário.

(D) não é devido o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos

(ITD), em qualquer situação.

(E) não incide o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), no caso de o fideicomissário vir a falecer antes de implementada a condição expressa no inventário.

58. Em relação ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), analise as afirmativas a seguir: (2008)

I. É isenta do imposto a doação de imóvel a excombatente da Segunda Guerra Mundial, se destinado à sua residência.

II. Não há possibilidade de incidência do imposto na doação de um imóvel destinado a uma instituição religiosa.

III. No caso de doação, é contribuinte do imposto o doador.

IV. Incide o imposto na aquisição de bem ou direito em excesso pelo cônjuge meeiro, na partilha, em dissolução de sociedade conjugal.

V. O herdeiro é contribuinte do imposto, mesmo que a sucessão tiver sido processada no exterior, se ele tiver domicílio no Estado, seja quanto à transmissão de bens móveis, quanto de bens imóveis.

Assinale: (2008)

(A) se somente as afirmativas I, II, IV e V foram verdadeiras.

(B) se somente as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras.

(C) se somente as afirmativas I, III e IV forem verdadeiras.

(D) se somente a afirmativa I for verdadeira.

(E) se somente as afirmativas I e IV forem verdadeiras.

59. Assinale a alternativa que indique o documento fiscal do ICMS que não é normalmente emitido antes da saída da mercadoria ou do início da prestação. (2008)

(A) Nota Fiscal de Serviço de Comunicação.

(B) Conhecimento Aéreo.

(C) Cupom Fiscal emitido por ECF.

(D) Nota Fiscal modelo 1-A.

(E) Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga.

60. Entre as atribuições do Secretário Estadual da Fazenda/RJ, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que: (2008)

- (A) não pode tratar de obrigação acessória do ICMS, de qualquer tipo.
- (B) não pode determinar que a emissão de documentos fiscais seja feita por sistema eletrônico de processamento de dados.
- (C) pode instituir ou substituir livro fiscal, mas não documento fiscal.
- (D) pode dispor sobre a apresentação, por meio eletrônico, de pedido de inscrição e alteração de dados cadastrais.
- (E) não pode alterar o prazo de pagamento do ICMS, fixado na legislação.

61. Para acobertar o transporte de mercadoria ou bem, quando o emitente não estiver obrigado à inscrição no cadastro de contribuintes, o documento fiscal utilizado é a Nota Fiscal: (2008)

- (A) avulsa, emitida pela repartição fazendária competente.
- (B) modelo 1.
- (C) modelo 1-A.
- (D) avulsa, emitida pelo próprio remetente.
- (E) avulsa, emitida pelo contribuinte ou pela repartição fazendária.

62. Nos termos da Lei Complementar 87/96, no caso de um estabelecimento da sociedade empresária apurar saldo credor do ICMS, ao final de um período: (2008)

- (A) pode compensar com saldo devedor verificado em outro estabelecimento da mesma empresa, sem qualquer restrição.
- (B) pode compensar com saldo devedor verificado em outro estabelecimento da mesma empresa, localizado neste Estado, desde que ambos tenham o mesmo Código de Atividade Econômica.
- (C) pode compensar com saldo devedor verificado em outro estabelecimento da mesma empresa, localizado neste Estado.
- (D) pode compensar com saldo devedor verificado em outro estabelecimento da mesma empresa, localizado neste Estado, se a atividade de ambos os estabelecimentos for agroindustrial.
- (E) não pode compensar com saldo devedor verificado em outro estabelecimento do sujeito passivo, localizado neste ou em outro Estado.

63. No caso de o contribuinte declarar, em seus efeitos fiscais e contábeis, valor notadamente inferior ao preço corrente das mercadorias vendidas, ele pode ser submetido a: (2008)

- (A) sistema especial de controle, fiscalização e pagamento do imposto.
- (B) arbitramento pelo fiscal de rendas, apenas se autorizado pelo titular da repartição competente.
- (C) sistema especial de controle, fiscalização e pagamento do imposto, a menos que tais fatos tenham ocorrido por mais de um ano.
- (D) fiscalização e ter o estabelecimento fechado.
- (E) arbitramento pelo fiscal de rendas, desde que este apresente avaliação contraditória.

64. Com relação à *intimação para apresentação de livros e documentos e à lavratura do termo de encerramento da fiscalização*, atos que a legislação determina sejam praticados pelo Fiscal de Rendas, assinale a afirmativa **incorreta**. (2008)

- (A) O primeiro ato não pode definir prazo inferior a cinco dias para seu atendimento.
- (B) O segundo ato tem necessariamente que ser lavrado no RUDFTO do estabelecimento.
- (C) A intimação inicial, se for desatendida, ensejará a aplicação da multa de R\$ 400,00 (valor devidamente atualizado).
- (D) O segundo não implica homologação dos lançamentos respectivos.
- (E) Ambos os atos só podem ser efetivados por fiscal de rendas.

65. Saldos credores acumulados **não** podem ser transferidos: (2008)

- (A) se decorrentes de operação amparada por isenção ou não-incidência do imposto.
- (B) se decorrentes de exportação de produtos para o exterior.
- (C) para outro estabelecimento da mesma empresa.
- (D) de um estabelecimento industrial para outra empresa, se existentes em decorrência de operações realizadas com redução da base de cálculo.
- (E) de um estabelecimento comercial para outra empresa, como pagamento de aquisição de material secundário ou embalagem.

66. É correto afirmar que a aquisição de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, sem que tenha sido feita a retenção do imposto na operação anterior: (2008)

- (A) torna o adquirente responsável solidário pelo recolhimento do ICMS não retido, sem qualquer

benefício de ordem.

(B) torna o adquirente responsável solidário pelo recolhimento do ICMS não retido, apenas nas operações interestaduais.

(C) exime o contribuinte substituto da penalidade relativa à não-retenção.

(D) exonera o adquirente de responsabilidade quanto ao pagamento do ICMS não retido, pois a obrigação é do contribuinte substituto (vendedor).

(E) torna o adquirente responsável solidário pelo recolhimento do ICMS não retido, no caso de ausência de retenção total.

67. Assinale a afirmativa **incorreta** acerca da “substituição tributária”. (2008)

(A) Se a autoridade não deliberar quanto a pedido de restituição no prazo de noventa dias, o substituído poderá se creditar do seu valor objeto.

(B) Se o substituto descumprir reiteradamente a legislação, a responsabilidade pelo pagamento do imposto pode ser atribuída ao adquirente.

(C) Se substituto e substituído se situarem em Estados diversos, a aplicação do regime depende de acordo específico celebrado entre as respectivas unidades da Federação.

(D) Se existir preço final para o consumidor, sugerido pelo fabricante, ele constitui a base de cálculo para fins da substituição tributária.

(E) Se o substituído, por qualquer motivo, não efetuar a venda da mercadoria submetida ao regime de substituição, ou se o fizer por valor inferior ao que serviu de base à respectiva retenção, terá direito à imediata e preferencial restituição do ICMS pago.

68. Os estabelecimentos da mesma empresa: (2008)

(A) respondem pelo pagamento do ICMS apenas se o estabelecimento devedor não tiver condições de saldar o débito.

(B) respondem subsidiariamente pelo pagamento do ICMS apurado nos demais.

(C) respondem solidariamente pelo pagamento do ICMS apurado nos demais.

(D) respondem solidariamente pelo pagamento do ICMS, no caso de também comercializarem mercadorias.

(E) não respondem pelo pagamento do ICMS devido por outro, por força do princípio da autonomia dos estabelecimentos.

69. Um contribuinte do ICMS deixou de recolher saldo devedor do imposto vencido em 31.01.2008. No dia 15.06.2008, pagou o débito com acréscimos moratórios de: (2008)

- (A) 15%. (B) 16%.
- (C) 17%. (D) 18%.
- (E) 20%.

70. Integra o Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais o produto da arrecadação de um adicional de: (2008)

- (A) dois pontos percentuais relativamente a todos os fatos geradores do ICMS.
- (B) um ponto percentual relativamente a todos os fatos geradores do ICMS.
- (C) mais quatro pontos percentuais da alíquota do ICMS, até 31.12.2008, relativamente à energia elétrica e prestação de serviço de comunicação.
- (D) mais quatro pontos percentuais da alíquota do ICMS, até 31.12.2010, relativamente ao fornecimento de energia elétrica e à prestação de serviço de comunicação.
- (E) vários pontos percentuais, com vigência até 31.12.2009.

71. O carro adquirido por Zé da Silva com alienação fiduciária em garantia foi retomado pelo credor fiduciário em face do inadimplemento daquele.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta. (2008)

- (A) O ICMS só não incide sobre operação com mercadoria em virtude da alienação fiduciária em garantia, no caso de transmissão do domínio do credor para o devedor, em virtude da extinção, pelo pagamento, da garantia.
- (B) Tem-se aí hipótese de não-incidência do ICMS, apenas se o credor fiduciário não alienar o veículo.
- (C) Tem-se aí hipótese de não-incidência do ICMS.
- (D) Haveria incidência do ICMS caso tivesse havido simplesmente a transmissão de domínio feita pelo devedor fiduciante em favor do credor fiduciário.
- (E) Tem-se aí hipótese de incidência do ICMS, pois houve transmissão da propriedade do bem.

72. O montante do próprio imposto (ICMS) integra sua base de cálculo: (2008)

- (A) salvo no caso de importação de bens destinados ao ativo fixo.
- (B) inclusive no caso de importação de mercadorias

ou bens.

(C) nas operações internas e interestaduais, exclusive quanto às prestações de serviço de transporte.

(D) em algumas prestações de serviços de comunicação.

(E) apenas nos casos definidos na lei ordinária do Estado.

73. Empresa carioca presta serviço com fornecimento de mercadoria a certa empresa paulista.

Considere que tal serviço, não constante da lista anexa à Lei Complementar 116/2003, foi prestado no estabelecimento do tomador (São Paulo).

A esse respeito, assinale a alternativa que indique o procedimento fiscal correto. (2008)

(A) Não são devidos nem ICMS nem ISS.

(B) É devido apenas ISS.

(C) São devidos ISS e ICMS.

(D) É devido apenas ICMS ao Estado de São Paulo.

(E) É devido apenas ICMS ao Estado do Rio de Janeiro.

74. Em 20.01.2008, um estabelecimento comercial efetuou a venda de certa mercadoria, para recebimento do respectivo preço em quatro prestações.

Em 30.01.2008, é recebida a 1ª prestação; em

10.03.2008, a mercadoria foi remetida ao comprador;

em 20.03.2008, é recebida a última prestação.

Assinale a data em que o ICMS passou a ser devido. (2008)

(A) 10.03.2008. (B) 20.01.2008.

(C) 30.01.2008. (D) 20.03.2008.

(E) 15.03.2008.

75. O adicional ao Fundo de Combate à Pobreza é devido nas operações/prestações: (2008)

(A) com os produtos da cesta básica e material escolar.

(B) de importação e no cálculo do diferencial de alíquota.

(C) de refino de sal para alimentação e no comércio varejista eventual (datas festivas).

(D) de fornecimento de alimentação e de gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha).

(E) de fornecimento de energia elétrica residencial até 300kW/h mensais.

76. Os contribuintes do ICMS incluídos no Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006): (2008)

(A) devem calcular o ICMS devido mensalmente, aplicando a alíquota definida na Lei 5.147/2007

(art. 2º), sobre o montante da receita bruta

acumulada nos seis meses anteriores ao do período de apuração.

(B) são dispensados de proceder à retenção de ICMS relativo à substituição tributária, mesmo quando se qualificarem como contribuinte substituto em caráter permanente.

(C) podem manter válidos os créditos do ICMS porventura lançados em sua escrita fiscal.

(D) não podem usufruir de qualquer outro regime especial de tributação, incentivos ou benefícios fiscais.

(E) têm direito ao desconto de 70% no pagamento da taxa de serviços estaduais referentes à administração tributária.

77. No caso de o veículo utilizar força motriz complementar ou alternativa de fonte de energia natural, para efeito do IPVA: (2008)

(A) não se considera veículo automotor salvo se for veículo marítimo.

(B) considera-se veículo automotor apenas se a fonte de energia natural representar menos de 50% de sua força motriz.

(C) considera-se veículo automotor, mas o IPVA é devido na proporção da utilização da fonte alternativa.

(D) considera-se veículo automotor apenas se for veículo terrestre.

(E) considera-se veículo automotor.

78. Faça a correspondência entre os percentuais das multas devidas e as respectivas infrações: (2008)

Infração Percentual de multa

() Do valor do imposto creditado indevidamente I. 8%

() Do valor do imposto fixado por estimativa e não recolhido no prazo regulamentar

II. 10%

() Do valor do imposto não recolhido indevidamente destacado em documento referente à operação ou a prestação de serviço isenta ou não-tributada

III. 25%

()

Do valor do serviço
prestado ao contribuinte e
não escriturado nos livros
fiscais próprios

IV. 35%

()

Do valor da mercadoria
encontrada em
estabelecimento não
inscrito

V. 60%

A seqüência correta, de cima para baixo, é: (2008)

(A) I – II – III – V – VI.

(B) V – I – II – IV – II.

(C) IV – V – II – I – III.

(D) V – III – IV – II – I.

(E) II – I – V – III – IV.

79. Obriga-se ao pagamento do ICMS, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da prestação, calculado por estimativa, mediante a aplicação da alíquota de 5% (cinco por cento) sobre o valor da prestação do serviço, acrescido de todos os encargos relacionados à sua utilização, a empresa concessionária do serviço público de: (2008)

(A) transporte aquaviário de passageiros, cargas ou veículos.

(B) telecomunicações, por rádio ou televisão.

(C) transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

(D) transporte alternativo.

(E) comunicação por satélite.

80. Com relação à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), é **incorreto** afirmar que: (2008)

(A) além da Nota Fiscal Eletrônica, o remetente deverá emitir o documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, para acobertar o trânsito da mercadoria.

(B) se trata de documento de existência digital, emitido e armazenado eletronicamente.

(C) a validade jurídica da Nota Fiscal Eletrônica é garantida pela assinatura digital do emitente e pela autorização de uso pela administração tributária do Estado.

(D) são obrigados a utilizar Nota Fiscal Eletrônica as empresas industriais e os estabelecimentos atacadistas, a partir de 1º de setembro de 2008.

(E) os contribuintes que utilizarem Nota Fiscal Eletrônica ficam obrigados ao uso do sistema eletrônico de processamento de dados.

GABARITO OFICIAL

| | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 |
| B | C | B | D | E | A | A | C | D | D |
| 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 |
| E | C | * | E | C | B | B | E | A | D |
| 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 |
| D | C | A | * | E | * | E | C | C | D |
| 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 |
| C | B | E | A | B | E | E | D | A | D |

Legislação Tributária (2009)

21. A sociedade empresarial 'X' remeteu mercadorias para a sociedade empresarial 'Y' a título de consignação mercantil, rezando o respectivo contrato que a venda deveria efetivar-se no prazo ZZZ por R\$ WWW.

A esse respeito e à luz da legislação tributária vigente, assinale a afirmativa correta. (2009)

(A) Não há incidência do ICMS em tal remessa, pois a consignação mercantil não constitui operação relativa à circulação de mercadoria.

(B) A consignante 'X' obriga-se a fazer incidir o ICMS, destacando o respectivo valor na nota fiscal que emite quando da saída das mercadorias com destino ao estabelecimento da consignatária 'Y'.

(C) Sejam as mercadorias remetidas veículos usados, ou sejam produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, a consignante 'X' deverá observar as disposições próprias a esse regime de tributação.

(D) No caso de a consignatária 'Y' vender as mercadorias por preço maior do que o estabelecido no contrato de consignação mercantil, deverá emitir nota fiscal apenas para registrar o efetivo valor do negócio realizado, sem débito de ICMS, impondo-se à consignante 'X' emitir nota fiscal complementar, face ao reajustamento do preço contratado por ocasião da remessa, sem destaque do ICMS.

(E) Mesmo em se tratando de consignação mercantil e tendo em vista que o transporte das mercadorias foi realizado por empresa transportadora contratada pela consignatária 'Y', sediando-se 'Y' no mesmo município da consignante 'X', houve prestação de serviço de transporte sujeita ao ICMS.

22. Assinale a alternativa que indique a hipótese de não-incidência do ICMS que **não** é definida pela Lei

nº 2.657/96. (2009)

- (A) Operação com mercadoria destinada a depósito fechado, do próprio contribuinte, localizado no Estado do Rio de Janeiro, bem assim a operação de retorno, ao estabelecimento depositante.
- (B) Aquisição de veículo novo por taxista e por portador de deficiência motora, desde que os mesmos não tenham adquirido veículo com isenção ou não incidência do ICMS em prazo inferior a 2 (dois) anos.
- (C) Operação de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
- (D) Operação com mercadoria de terceiro, na saída de estabelecimento de empresa de transporte ou de depósito, por conta e ordem desta.
- (E) Operação com bens móveis salvados de sinistro em venda por empresa seguradora.

23. Segundo a Lei Complementar nº 87/96, **não** se inclui no campo de incidência do ICMS: (2009)

- (A) a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais.
- (B) a utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada à operação ou prestação subsequente.
- (C) a entrada, no estabelecimento do contribuinte, de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação, destinada a consumo ou a ativo fixo.
- (D) a saída de mercadoria, de estabelecimento de contribuinte, com destino a outro estabelecimento do mesmo titular.
- (E) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.

24. Com relação às operações *com sucata, fragmento, retalho ou resíduo de materiais e com lingotes e tarugos de metais não-ferrosos e couro curtido*, assinale a afirmativa **incorreta**. (2009)

- (A) Nas operações com sucata ou resíduo, há diferimento do ICMS nas internas (dentro do Estado do Rio de Janeiro) e substituição tributária (progressiva), no caso de remessa para outra unidade federada.
- (B) Sucata ou resíduo é a mercadoria que se tornar definitiva e totalmente inservível para o uso a que se destinava originalmente, somente se prestando ao emprego, como matéria-prima, na fabricação de outro produto.
- (C) Nas saídas de couro e pele em estado fresco, salmourado

ou salgado, de produto gorduroso não comestível de origem animal, inclusive sebo e osso, chifre e casco, destinadas à outra unidade da Federação, obrigase o remetente a recolher o ICMS antes de iniciada a remessa, mediante DARJ em separado.

(D) Nas operações interestaduais com sucata ou resíduo realizadas entre contribuintes, poderá ser autorizado, mediante concessão de regime especial, a requerimento do interessado, o pagamento do ICMS devido numa única quota mensal, englobando todas as operações que, no período, o remetente efetuar para um mesmo destinatário.

(E) Nas operações internas com sucata ou resíduo (dentro do Estado do Rio de Janeiro), o estabelecimento industrial que a adquirir para utilização como matériaprima no processo fabril, obriga-se ao pagamento do ICMS devido, independentemente do resultado do confronto entre débitos e créditos referentes às demais operações do período, podendo utilizar os saldos credores acumulados para a compensação do débito gerado em razão da entrada de sucata em geral.

25. Sociedade empresarial localizada no Estado do Rio de Janeiro, com atividade de indústria, realizou, no mês de novembro de 2008, as operações abaixo descritas.

I Aquisição de matéria-prima (provinda do Estado do Espírito Santo): R\$ 100.000,00

II Aquisição de um bem destinado ao ativo permanente (vendedor localizado no Estado do Rio de Janeiro): R\$ 10.000,00

III Aquisição de bens de consumo (vendedor localizado no Estado do Rio de Janeiro): R\$ 5.000,00

IV Aquisição de embalagem (no Estado do Rio de Janeiro), confeccionada por encomenda e com identificação do encomendante, mediante composição gráfica: R\$ 1.000,00

V Venda de produtos destinados a comerciantes localizados em Fortaleza/CE: R\$ 80.000,00

VI Venda de produtos destinados à Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC: R\$ 60.000,00

VII Transferência de produtos fabricados para estabelecimento da própria sociedade empresarial, localizado no Estado do Rio de Janeiro: R\$ 50.000,00 (equivalente ao preço médio praticado nas vendas a outros contribuintes)

VIII Integração ao ativo permanente de mercadoria produzida pela própria sociedade empresária: R\$ 4.000,00

IX Exportação para o exterior de produtos fabricados: R\$ 100.000,00

X Valor do ICMS creditado na aquisição das matérias-primas e produtos intermediários utilizados na fabricação das mercadorias integradas ao ativo permanente (VIII): R\$ 400,00 e, nas destinadas à exportação (IX): R\$ 7.000,00

Observações:

1. Nas operações internas, aplicou-se a alíquota normal básica do imposto, além de não se haver considerado o adicional ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais.
2. Não se cogitou da questão relativa à integração, ou não, do IPI à base de cálculo do ICMS.
3. Nenhuma regra de isenção alcança as operações (entradas e saídas).
4. Computou-se o valor de R\$ 5.500,00 como saldo credor do imposto relativo ao confronto do período de outubro de 2008.

Ao final daquele período, a referida sociedade empresarial efetivou o confronto entre créditos e débitos do ICMS, no qual apurou o saldo indicado em uma das alternativas que se seguem. Assinale-a. (2009)

- (A) saldo credor de R\$ 317,50
- (B) saldo devedor de R\$ 8.082,50
- (C) saldo devedor de R\$ 6.320,00
- (D) saldo credor de R\$ 1.200,00
- (E) saldo devedor de R\$ 4.337,50

26. Com relação aos *regimes especiais para cumprimento de obrigações acessórias pelo contribuinte*, analise as afirmativas a seguir: (2009)

- I. O recurso contra ato que indeferir o pedido de regime especial, a ser formalizado no prazo de 30 dias contado da ciência, é decidido pela Coordenação de Tributação.
- II. O regime especial pode ser cassado ou alterado, a qualquer tempo, pela autoridade que tiver competência para conceder o benefício.
- III. O recurso contra ato que indeferir, cassar ou alterar regime especial tem efeito suspensivo.
- IV. O estabelecimento que deverá apresentar o pedido de concessão de regime especial é o estabelecimento único ou principal neste Estado

Assinale: (2009)

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

27. A respeito da *norma concessiva de isenção de ICMS*

expressa, unilateralmente, na Constituição do Estado, assinale a alternativa correta. (2009)

(A) É válida, apenas no caso de a Constituição Estadual haver sido editada após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

(B) Não é válida, pois a concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS exigem lei complementar.

(C) É válida, pois as Constituições estaduais ganham, em hierarquia, das leis complementares e das leis ordinárias.

(D) Não é válida, pois a concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS decorrem obrigatoriamente de deliberação dos Estados e do Distrito Federal.

(E) Não é válida, salvo se a norma concessiva de isenção do ICMS constar do texto originário da Constituição Estadual.

28. Com relação ao Fiscal de Rendas da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, *no exercício de sua função*, assinale a alternativa correta. (2009)

(A) É a autoridade competente para a fiscalização do ICMS e das receitas não-tributárias decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.

(B) Tem livre acesso a qualquer local em que deva exercer a fiscalização do imposto, bastando a apresentação de sua carteira funcional e do despacho da autoridade que determinou a sua realização.

(C) Pode requisitar diretamente o auxílio da autoridade policial, apenas na hipótese de ser alvo do crime de desacato por representante do contribuinte ou quando necessária a efetivação de medida acauteladora de interesse do fisco.

(D) É a autoridade competente para efetivar arbitramento do montante das operações ou das prestações tributáveis, devendo calcular o ICMS, no caso de ser conhecido somente o valor das saídas havidas no período, com base naquele valor e considerando-se crédito de 50% (cinquenta por cento) do mesmo.

(E) Não pode retirar livros e documentos do contribuinte do local onde se encontrarem, exceto para constituir prova de infração à legislação, expedindo, neste caso, o competente termo de apreensão.

29. Assinale a alternativa que indique a operação comercial em que a alíquota do ICMS é menor que 7% (sem considerar o adicional destinado ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais). (2009)

(A) Operação interna, em hipótese alguma, por expressa

norma constitucional proibitiva.

(B) Operação com material ou equipamento especializado para pessoas portadoras de deficiência física e medicamentos para os doentes renais crônicos e transplantados.

(C) Operação com arroz e feijão.

(D) Operação com gás natural veicular (GNV) e óleo diesel, quando consumidos no transporte de passageiros por ônibus urbano, bem como no transporte de passageiros do sistema hidroviário (aquaviário).

(E) Operação com energia elétrica, até o consumo de 300 quilowatts/hora mensais.

30. Segundo a Lei 2657/96, “o ICMS não incide sobre operação de fornecimento de medicamento e refeição, por hospital...”

Assinale a alternativa que complete **incorretamente** a hipótese de não incidência indicada no texto acima: (2009)

(A) no próprio recinto ou, excepcionalmente, quanto aos medicamentos, no domicílio do paciente.

(B) sob orientação médica.

(C) ao paciente, extensivo ao acompanhante.

(D) desde que seus valores se incluam na respectiva conta de prestação de serviço.

(E) casa de saúde e de recuperação ou repouso.

31. Com relação à *prestação de serviço de televisão por assinatura*, assinale a afirmativa **incorreta**. (2009)

(A) Incide o ICMS, que, opcionalmente, é apurado pela aplicação da alíquota vigente sobre uma base de cálculo reduzida, de forma que a carga tributária efetiva resulte no percentual de 10% (dez por cento).

(B) A opção pela base de cálculo reduzida deve ser feita para cada ano civil (mediante comunicação à repartição fiscal de circunscrição) e veda o aproveitamento de qualquer crédito fiscal.

(C) Incide o ICMS, e o contribuinte obriga-se a incluir, na base de cálculo do imposto, os valores correspondentes a serviços prestados de acesso, adesão, ativação, habilitação, outros suplementares e facilidades adicionais, independentemente da denominação que lhes seja dada.

(D) Incide o ICMS, e as empresas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, que optarem pela redução da base de cálculo, podem se debitar do imposto pela aplicação direta da alíquota efetiva sobre o valor da assinatura.

(E) As empresas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, que optarem pela redução da base de cálculo, ficam dispensadas de emitir Nota Fiscal de

Serviço de Comunicação, modelo 21.

32. Podem ser utilizados para fins de aquisição de insumos os *saldos credores acumulados*: (2009)

(A) decorrentes de operação ou prestação com alíquota diferenciada, no caso de a norma que concede o benefício autorize, expressamente, a manutenção integral do crédito do imposto, pelo próprio ou por outro estabelecimento do detentor, ou por terceiros.

(B) decorrentes de importação, pelo próprio ou por outro estabelecimento do detentor.

(C) decorrentes de operação ou prestação efetuada com redução da base de cálculo, no limite de 30% do valor total da respectiva operação, apenas pelo próprio estabelecimento detentor.

(D) decorrentes de exportação, pelo próprio ou por outro estabelecimento do detentor ou por terceiros.

(E) decorrentes de exportação, por estabelecimento da mesma empresa, ou de outra, em retransferência, inclusive para o de origem.

33. Designa-se *Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro*: (2009)

(A) a Lei Complementar nº 87/96.

(B) a Lei nº 2.657/96.

(C) o Decreto-lei nº 5/75.

(D) o Decreto nº 27.427/2000.

(E) a Lei nº 2.877/97.

34. *A sociedade empresarial "A" adquiriu um bem destinado ao seu ativo permanente, em junho de 2000, tendo apropriado regularmente o respectivo crédito do ICMS.*

Com relação ao *creditamento em referência*, assinale a alternativa correta. (2009)

(A) O valor do crédito foi apropriado imediata e integralmente pelo valor destacado no documento fiscal relativo à aquisição, tendo sido estornado o montante correspondente a 20% por ano até completar 5 (cinco) anos, porquanto a sociedade empresarial "A" alienou o bem antes de findo o quinquênio.

(B) O valor do crédito foi apropriado parceladamente e na proporção da vida útil do bem adquirido, durante cinco anos, tendo sido a primeira parcela no mês de sua aquisição.

(C) O valor do crédito foi apropriado em 20 (vinte) parcelas iguais e consecutivas, tendo a sociedade empresarial "A" cancelado o saldo remanescente ao fim daquele período.

(D) O valor do crédito foi apropriado proporcionalmente à vida útil do bem adquirido, pelo valor destacado

no documento fiscal relativo à aquisição, inexistindo qualquer obrigatoriedade de estorno posterior.

(E) O valor do crédito foi apropriado em parcelas mensais, durante os três anos seguintes ao da aquisição do bem, tendo sido estornado o montante correspondente à utilização do bem na produção de mercadorias cujas saídas foram alcançadas por isenção e diferimento do ICMS.

35. Com relação à *base de cálculo do ICMS*, assinale a afirmativa **incorreta**. (2009)

(A) Fornecimento de alimentação e bebida em bares, restaurantes e estabelecimentos similares. Base de cálculo = valor total da operação (fornecimento e serviços).

(B) Fornecimento de mudas de plantas pelo prestador de serviço de florestamento e reflorestamento. Base de cálculo = preço corrente da mercadoria fornecida.

(C) Mercadoria constante do estoque final, na data do encerramento da atividade do estabelecimento. Base de cálculo = valor do custo de aquisição mais recente, acrescido de 50% (cinquenta por cento).

(D) Importação de mercadorias. Base de cálculo = soma das seguintes parcelas: valor das mercadorias + valor do imposto de importação e do IPI + imposto sobre operação de câmbio + quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras, assim entendidos os valores pagos ou devidos à repartição alfandegária até o momento do desembarço da mercadoria.

(E) Entrada no território do estado do Rio de Janeiro de petróleo, inclusive combustíveis e lubrificantes, destinado ao consumo pelo comprador, decorrente de operações interestaduais. Base de cálculo = valor da operação de que decorrer a entrada.

36. **Não** integram a *base de cálculo do ICMS* os valores correspondentes: (2009)

(A) ao montante do próprio imposto (ICMS) e também do IPI relativo a produto destinado à industrialização ou à comercialização, em operação que configure fato gerador de ambos os impostos.

(B) a seguro, juro e qualquer importância paga, recebida ou debitada.

(C) aos descontos concedidos sob condição.

(D) ao frete, quando o transporte for efetuado pelo próprio remetente, ou por sua conta e ordem, e seja cobrado em separado.

(E) aos encargos financeiros acrescidos ao preço a vista, na venda a crédito e na realizada por sistema de cartão de crédito próprio, efetuadas por estabelecimentos varejistas a consumidor final, sem intermediação de

instituição financeira.

37. O uso de *Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF)* **não** é obrigatório para: (2009)

- (A) o contribuinte, pessoa física ou jurídica, com receita bruta anual superior a R\$ 120.000,00.
- (B) os restaurantes e estabelecimentos similares;
- (C) o estabelecimento de prestação de serviços, em que o tomador seja pessoa jurídica não contribuinte do ICMS;
- (D) o estabelecimento que exerça atividade de venda ou revenda de mercadorias ou bens;
- (E) as empresas de prestação de serviço de transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, quando o bilhete de passagem é emitido por sistema eletrônico de processamento de dados;

38. Com relação à *impressão e emissão simultânea de documentos fiscais*, analise as afirmativas a seguir: (2009)

- I. A utilização do sistema de impressão e emissão simultânea de documentos fiscais depende de concessão de regime especial, salvo se os formulários de segurança forem adquiridos de fabricantes devidamente credenciados junto à COTEP/ICMS.
- II. É condição para uso do sistema de impressão e emissão simultânea de documentos fiscais o emprego de papel com dispositivos de segurança, denominado formulário de segurança.
- III. Entende-se como impressão e emissão simultânea a impressão do formulário ao mesmo tempo em que é emitido o correspondente documento fiscal por meio de computador e impressora de não impacto, usando papel em branco.

Assinale: (2009)

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

39. Assinale a alternativa que indique o *livro destinado aos contribuintes* que estão sujeitos apenas à legislação do ICMS e a correta referência ao respectivo *prazo de escrituração*. (2009)

- (A) Livro de Registro de Inventário, modelo 7 / a escrituração pode atrasar-se por 60 (sessenta) dias, contados da data do balanço, ou do último dia do ano civil, se a empresa não mantiver escrita contábil.
- (B) Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque, modelo 3 / a escrituração pode atrasar-se por 15 (quinze) dias.

(C) Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC) / a escrituração pode atrasar-se por até 15 (quinze) dias.

(D) Livro de Registro de Saídas, modelo 2-A / a escrituração pode atrasar-se por até 5 (cinco) dias.

(E) Livro de Registro de Entradas, modelo 1 / a escrituração pode atrasar-se por 5 (cinco) dias.

40. *Sociedade empresarial 'X', contribuinte do ICMS, apropriou, durante o exercício de 2008, créditos do imposto relativos a entradas de determinadas mercadorias, os quais foram considerados indevidos pela fiscalização.*

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir: (2009)

I. Os créditos eram referentes a bens destinados ao uso e consumo do estabelecimento.

II. Os créditos eram referentes a mercadorias que se destinaram à integração ou consumo em processo de industrialização de produtos, cujas saídas resultantes gozam de isenção do ICMS.

III. Os créditos eram referentes a produtos que se deterioraram ou extraviaram.

IV. Os créditos eram referentes a operações tributadas (praticadas por Sociedade empresarial 'X'), posteriores a saídas isentas de produtos agropecuários, e correspondiam ao imposto cobrado nas operações anteriores a estas.

V. Os créditos eram referentes à importação de mercadorias, e a apropriação dos créditos se deu no período de apuração em que ocorreu o recolhimento do imposto incidente, tendo a entrada efetiva das mercadorias ocorrido no período seguinte.

Assinale a quantidade de afirmativas que justifiquem a **glosa** dos créditos promovida pela fiscalização. (2009)

(A) Uma.

(B) Duas.

(C) Três.

(D) Quatro.

(E) Cinco.

41. Assinale a afirmativa que contenha regra atinente à *operação realizada fora do estabelecimento*. (2009)

(A) O IPI deve ser destacado antecipadamente pelo vendedor por ocasião da venda, e o ICMS deve ser recolhido por ocasião da efetiva saída das mercadorias.

(B) A Nota Fiscal, emitida para acobertar a saída de mercadoria destinada à realização de operação fora do estabelecimento, tem prazo de validade de 3 (três) dias corridos, quando remetente e destinatário estiverem localizados no mesmo município ou em municípios

limítrofes, ou de 5 (cinco) dias, nos demais casos.

(C) O contribuinte, na saída da mercadoria, deve emitir nota fiscal, na qual será feita a indicação dos números e respectivas séries e subséries, caso se trate de Nota Fiscal, modelo 1 ou Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, respectivamente, a serem emitidas por ocasião da entrega das mercadorias.

(D) Fica dispensada a escrituração, nos livros fiscais, do documento emitido por ocasião da saída das mercadorias, devendo o mesmo ser arquivado em ordem cronológica e mantido no estabelecimento à disposição do Fisco.

(E) O contribuinte deve manter em seu estabelecimento, à disposição da fiscalização, os talonários de numeração imediatamente anterior à dos que estiverem sendo utilizados.

42. O ICMS é devido ao Estado do Rio de Janeiro, na prestação de serviço: (2009)

(A) de transporte, iniciado em município do Estado de São Paulo e dirigido a município do Estado do Rio de Janeiro, de mercadoria destinada à comercialização neste Estado.

(B) de comunicação, no caso de serviços não medidos, que envolvam localidade de outra unidade da Federação e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, cabendo integralmente o imposto ao Estado do Rio de Janeiro.

(C) de comunicação, se onerosa, prestada ou iniciada no exterior e o destinatário tiver estabelecimento ou domicílio no Estado do Rio de Janeiro.

(D) de comunicação ou na operação que destine ao exterior uma mercadoria ou um serviço.

(E) de transporte de móveis pertencentes à própria empresa transportadora, iniciado em município do Estado do Rio de Janeiro, com destino a município do Estado do Espírito Santo.

43. Com relação à *inscrição no Cadastro Estadual*, analise as afirmativas a seguir: (2009)

I. O escritório de empresa, com estabelecimento inscrito neste Estado, que adquira mercadoria proveniente de outra unidade da Federação, destinada a consumo ou a ativo fixo, está obrigado à inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica, antes do início de suas atividades.

II. O estabelecimento de qualquer sociedade empresarial, localizado no estado do Rio de Janeiro, pode obter inscrição facultativa no Cadastro de Pessoa Jurídica.

III. A inscrição do contribuinte no cadastro (CAD – ICMS) pode ser cancelada, a qualquer momento e sem a

garantia ao direito do contraditório e à ampla defesa, em face da inatividade do estabelecimento para a qual foi a mesma obtida.

Assinale: (2009)

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

44. Com relação aos *documentos fiscais*, assinale a afirmativa **incorreta**. (2009)

- (A) O Resumo de Movimento Diário e a Relação de Despachos não são espécies de documentos fiscais a serem utilizados pelos contribuintes.
- (B) É considerado inidôneo, para todos os efeitos fiscais, o documento fiscal que seja emitido além da datalimite, que é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data do deferimento da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), em se tratando de Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9.
- (C) O documento fiscal que tiver sido escriturado no livro fiscal próprio, ou que tiver dado trânsito à mercadoria, não pode ser cancelado.
- (D) Quando a operação ou prestação for beneficiada por isenção, ou amparada por imunidade, não incidência, diferimento ou suspensão da incidência do ICMS, ou, ainda, quando o imposto houver sido pago por antecipação, essa circunstância será mencionada em todas as vias do documento fiscal, com indicação do dispositivo pertinente da legislação, ainda que por meio de código.
- (E) O documento fiscal deve ser numerado, por espécie, em todas as vias, em ordem crescente de 1 a 999.999, e enfileirados em blocos uniformes de 20 (vinte), no mínimo, ou de 50 (cinquenta), no máximo.

45. Analise as afirmativas a seguir: (2009)

- I. O leiloeiro é responsável pelo pagamento do ICMS incidente na saída de mercadoria ou bem arrematados, quando o imposto não for pago pelo arrematante.
- II. Nos casos de simples alteração de razão social, firma, denominação, local ou atividade, a escrituração continuará nos mesmos livros.
- III. É permitida a utilização de Cupom Fiscal emitido por ECF, na venda para entrega de mercadoria em domicílio, dentro do Estado, devendo dele constar a identificação e o endereço do consumidor, a data e a hora da saída, ainda que no verso do cupom.

Assinale: (2009)

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

46. Com relação à *Taxa Judiciária*, assinale a afirmativa correta. (2009)

- (A) Em mandado de segurança, é devida a Taxa Judiciária, a menos que ele seja preventivo.
- (B) Em processo de desapropriação, a Taxa Judiciária é devida sobre o valor venal do imóvel respectivo.
- (C) A Taxa Judiciária, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na lei, é calculada mediante a aplicação da alíquota de 2% sobre o valor do pedido.
- (D) A fiscalização da Taxa Judiciária será exercida pelos representantes do Ministério Público.
- (E) Nas execuções fiscais, a Taxa Judiciária será de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do débito, na data de sua liquidação.

47. Com relação à *substituição tributária*, analise as afirmativas a seguir: (2009)

- I. Na substituição tributária para frente, resta obedecido o princípio da não-cumulatividade.
- II. A base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária é, caso exista, o preço final ao consumidor sugerido pelo fabricante ou importador.
- III. O regime de substituição tributária não se aplica à transferência para outro estabelecimento, inclusive varejista, do sujeito passivo por substituição.

Assinale: (2009)

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

48. Segundo a Lei nº 2.877/97, com relação a um veículo novo adquirido em 20 de abril de 2009 e a um veículo usado (ano de fabricação: 2000) sinistrado em 25 de maio de 2009 (perda total), é correto afirmar, respectivamente, que: (2009)

- (A) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor correspondente a 9/12 do IPVA/2009 / não tem direito à devolução alguma (veículo sinistrado), pois o IPVA/2009 foi pago anteriormente ao sinistro.
- (B) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor correspondente a 9/12 do IPVA/2009 / tem direito à

devolução (veículo sinistrado), tenha ou não pagado integralmente o IPVA/2009.

(C) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor correspondente a 9/12 do IPVA/2009 apenas no caso de tratar-se de importação de veículo / não tem direito à restituição, pois o fato gerador do imposto ocorreu em 1º de janeiro de 2009.

(D) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor integral do IPVA/2009, no caso de ser consumidor final / não tem direito à restituição, pois o fato gerador do imposto ocorreu depois de 1º de janeiro de 2009.

(E) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor integral do IPVA/2009, no caso de ser pessoa jurídica / tem direito à restituição total se pagou o IPVA/2009 integralmente e no prazo legal.

49. Analise as afirmativas a seguir: (2009)

I. Os contribuintes substitutos tributários em caráter permanente, localizados no Estado do Rio de Janeiro, devem elaborar e apresentar a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS – Substituição Tributária (GIA-ST) à repartição fiscal de sua circunscrição.

II. Estão desobrigados da entrega da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA-ICMS) os estabelecimentos de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional.

III. A Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária (GIA-ST) deve ser elaborada e entregue mensalmente, ainda que não tenham ocorrido operações sujeitas à substituição tributária em favor do Estado do Rio de Janeiro.

Assinale: (2009)

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.

(B) se apenas a afirmativa II estiver correta.

(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

50. *O desembaraço aduaneiro de certa mercadoria deuse no Estado de São Paulo, o estabelecimento importador situa-se no Estado do Rio de Janeiro e os produtos foram entregues diretamente a uma terceira empresa localizada no Estado de Minas Gerais.*

O ICMS devido pela importação, segundo a Lei Complementar nº. 87/96, cabe: (2009)

(A) a nenhum dos três Estados, pois não incide o ICMS na espécie, por tratar-se de mercadoria destinada ao ativo permanente do importador.

(B) ao Estado de São Paulo, pois foi onde ocorreu o

- desembaraço da mercadoria importada.
(C) ao Estado do Rio de Janeiro, pois é onde se encontra o estabelecimento importador.
(D) metade do valor ao Estado do Rio de Janeiro e a outra metade ao Estado de Minas Gerais.
(E) ao Estado de Minas Gerais, pois foi onde ocorreu a entrada física da mercadoria.

51. Considere os serviços de transporte discriminados a seguir: (2009)

- I. transporte alternativo.
- II. transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiro.
- III. transporte ferroviário de passageiro.

Numere os parênteses de acordo com os serviços de transporte apresentados acima.

- () O ICMS é devido por estimativa, mediante a aplicação da alíquota de 5% sobre o valor da prestação do serviço, acrescido de todos os encargos relacionados com a sua utilização.
 - () O ICMS é devido por estimativa mensal de valor fixo (em substituição ao regime normal de apuração do ICMS), aplicada por veículo e por mês.
 - () O Poder Executivo é autorizado a subsidiar a concessão do serviço, na forma do que dispuser o Edital, a proposta vencedora, o contrato de concessão e as leis orçamentárias anuais.
 - () Segundo a Lei n. 3.473/2000, o serviço é regulamentado por ato do Poder Executivo.
 - () A empresa prestadora fica dispensada do cumprimento das obrigações acessórias do ICMS, exceto com relação à inscrição, à entrega da declaração destinada à apuração dos índices de participação dos municípios e demais documentos de interesse econômico-fiscal.
- Assinale a alternativa que corresponde, de cima para baixo, à correta ordem numérica. (2009)

- (A) III, II, III, I e III.
- (B) III, III, II, I e II.
- (C) II, III, III, II e III.
- (D) II, II, III, III e I.
- (E) I, II, III, I e II.

52. Com relação à *Taxa de Serviços Estaduais (TSE)*, assinale a afirmativa **incorreta**. (2009)

- (A) O não-pagamento, total ou parcial, da TSE, sujeita o infrator à multa correspondente a 100% (cem por cento) do valor do tributo não pago.
- (B) É devida a TSE pelo contribuinte autuado, quando da apresentação de defesa a auto de infração, como também de recurso à segunda instância administrativa.

- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações são isentos do pagamento da TSE, desde que, em suas legislações, dispensem ao Estado do Rio de Janeiro e suas autarquias e fundações o mesmo tratamento tributário.
- (D) A lei instituidora da TSE exclui da incidência do tributo a expedição de 2ª via da carteira de identidade.
- (E) A TSE tem que ser paga antes da ocorrência do fato gerador.

53. Com relação ao *Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FCPDS)*, assinale a afirmativa **incorreta**. (2009)

- (A) O FCPDS tem previsão original no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta de 1988.
- (B) O adicional de um ponto percentual à alíquota do ICMS para cálculo do montante a financiar o FCPDS vigorará até 31 de dezembro de 2010, inclusive os quatro pontos percentuais aplicáveis, quando se trata de operação com energia elétrica e de prestação de serviços de comunicação.
- (C) As doações, de qualquer natureza, por pessoa física ou jurídica, desde que contribuinte do imposto, além da incidência do adicional de um ou quatro pontos percentuais à alíquota do ICMS, compõem o FCPDS.
- (D) O adicional de pontos percentuais à alíquota do ICMS destinado ao FCPDS não incidirá sobre as atividades inerentes às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas de pequeno porte, bem assim sobre gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) e sobre consumo residencial de telefonia fixa até o valor de uma vez e meia a tarifa básica.
- (E) Os recursos do FCPDS devem ser aplicados, prioritariamente, nas ações de política de planejamento familiar, em programas de educação sexual e urbanização de morros e favelas.

54. Analise as afirmativas a seguir: (2009)

- I. O valor do ICMS devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, é calculado mediante a aplicação de alíquotas reduzidas definidas em lei estadual.
- II. Considera-se microempresa, para fins de enquadramento no Simples Nacional, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00.
- III. A microempresa e a empresa de pequeno porte, incluídas no Simples Nacional, ficam desobrigadas

de pagar o ICMS incidente na entrada de mercadoria ou bem que importe do exterior .

Assinale: (2009)

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

55. *O Fiscal de Rendas, no caso de o contribuinte recolher, sem qualquer acréscimo, saldo devedor do ICMS cujo prazo de pagamento se esgotara antes do início da ação fiscal, deverá ...*

Assinale a alternativa que complementa o texto acima. (2009)

- (A) lavrar o competente auto de infração para exigir o valor do imposto mais os acréscimos moratórios.
- (B) lavrar o competente auto de infração para exigir os valores dos acréscimos moratórios não recolhidos pelo contribuinte e da atualização monetária (porventura devida), sujeitos ambos aos acréscimos moratórios, bem como à multa pelo não-recolhimento do imposto no prazo regulamentar.
- (C) lavrar a competente nota de lançamento para exigir apenas o valor da correção monetária e dos acréscimos moratórios.
- (D) lavrar o competente auto de infração para exigir tão somente o valor dos acréscimos moratórios não recolhidos pelo contribuinte, calculados do dia do vencimento do débito até a data do pagamento efetuado pelo contribuinte.
- (E) lavrar o competente auto de infração para exigir o valor do imposto, devidamente atualizado pela UFIR-RJ, mais os acréscimos moratórios e a penalidade aplicável.

56. *Com relação às receitas não-tributárias decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural, analise as afirmativas que se seguem: (2009)*

- I. Constituem receita originária do estado do Rio de Janeiro as receitas não tributárias caracterizadas como compensações e participações financeiras constitucionalmente previstas.
- II. O pagamento das participações ou das compensações financeiras decorrentes da exploração de recursos hídricos, efetuado espontaneamente, mas fora do prazo legal, deve ter seu valor corrigido monetariamente (UFIR-RJ), acrescido de juros de mora de 1% ao mês de atraso e multa de 10% sobre o montante final apurado.
- III. O lançamento das receitas não tributárias, dos acréscimos ou das penalidades decorrentes de infração

à legislação de regência será efetuado por meio de auto de infração ou nota de lançamento.

Assinale: (2009)

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

57. Com relação ao *Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro*, assinale a afirmativa **incorreta**. (2009)

- (A) Das decisões do Conselho Pleno e das Câmaras isoladas desfavoráveis à Fazenda, cabe recurso para o Secretário de Estado de Fazenda, quando, acordadas por menos de 3/4 (três quartos) de seus membros, for contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo.
- (B) O Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro é competente para decidir, em instância única, impugnação a auto de infração envolvendo exigência de receita não tributária decorrente da exploração de recursos hídricos e minerais.
- (C) O Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro é composto de 16 (dezesesseis) membros denominados Conselheiros, cujo mandato é de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
- (D) Compete a uma das Câmaras do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, por livre distribuição, decidir os recursos de ofício interpostos pelas Turmas Julgadoras da Junta de Revisão Fiscal e os recursos voluntários apresentados pelo sujeito passivo, contra decisão da primeira instância administrativa.
- (E) As Câmaras isoladas, em número de 4 (quatro), somente deliberam com a totalidade de seus membros.

58. *O Fiscal de Rendas lavrou, no dia 31 de julho de 2009, sexta-feira, auto de infração face à sociedade empresarial 'A', tendo dado ciência ao contribuinte no mesmo dia e entregue cópia do lançamento ao seu representante legal.*

A esse respeito, assinale a alternativa correta. (2009)

- (A) Não será admitida a impugnação que o contribuinte vier a apresentar sem o comprovante do pagamento da Taxa de Serviços Estaduais, apenas no caso de a exigência consubstanciada no auto de infração haver-se gerado frente à ocorrência de sonegação fiscal.
- (B) O débito objeto do auto de infração poderá ser saldado com redução de 15% (quinze por cento) no valor da multa se o contribuinte fizer o pagamento no prazo de 30

(trinta) dias, contados da data da ciência do julgamento de primeira instância que negou provimento, total ou parcial, à impugnação que ele vier a apresentar.

(C) No caso de o contribuinte impugnar, no prazo de 30 (trinta) dias, o auto de infração, o respectivo processo, após a juntada da peça defensiva, deverá ser encaminhado ao fiscal autuante, ou seu substituto, para contestação.

(D) O Fiscal de Rendas dispõe de prazo até 04 de agosto de 2009 para proceder à entrega do auto de infração, na repartição competente.

(E) O auto de infração seria nulo se o representante legal do contribuinte tivesse se negado a acusar seu recebimento.

59. Com relação aos *crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo*, segundo a Lei nº. 8.137/90, analise as afirmativas a seguir: (2009)

I. Extingue-se a punibilidade quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

II. Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a conduta do sujeito passivo de negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal, ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

III. Constitui crime contra a ordem econômica vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência.

IV. Quem, de qualquer modo, inclusive por meio de pessoa jurídica, concorrer para os crimes nela definidos, incide nas penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Assinale: (2009)

(A) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

60. Com relação às *normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)*, analise as afirmativas que se seguem: (2009)

I. As disposições da LRF obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, aí não compreendidos fundos, autarquias e fundações.

II. Para os efeitos da LRF, constitui empresa controlada a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

III. Segundo a LRF, é vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

IV. A LRF prevê restrições para a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Assinale: (2009)

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(B) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.

(C) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO OFICIAL

Prova Tipo 01

1 – C; 2 – E; 3 – E; 4 – C; 5 – C; 6 – E; 7 – A; 8 – E; 9 – B; 10 – B; 11 – D; 12 – C; 13 – C; 14 – E; 15 – D; 16 – B; 17 – E; 18 – B; 19 – D; 20 – D; 21 – B; 22 – E; 23 – C; 24 – A; 25 – B; 26 – C; 27 – D; 28 – A; 29 – D; 30 – A; 31 – E; 32 – D; 33 – C; 34 – B; 35 – B; 36 – E; 37 – E; 38 – A; 39 – D; 40 – C; 41 – C; 42 – C; 43 – A; 44 – A; 45 – E; 46 – C; 47 – B; 48 – A; 49 – D; 50 – E; 51 – A; 52 – D; 53 – C; 54 – B; 55 – B; 56 – E; 57 – A; 58 – D; 59 – D; 60 – D; 61 – D; 62 – B; 63 – A; 64 – C; 65 – E; 66 – C; 67 – E; 68 – D; 69 – A; 70 – B; 71 – D; 72 – A; 73 – B; 74 – A; 75 – B; 76 – E; 77 – E; 78 – C; 79 – D; 80 – D; 81 – B; 82 – A; 83 – B; 84 – E; 85 – C; 86 – B; 87 – E; 88 – B; 89 – A; 90 – C; 91 – A; 92 – C; 93 – E; 94 – A; 95 – B; 96 – A; 97 – D; 98 – C; 99 – C; 100 – D.

Legislação Tributária

41

Com relação ao *Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor* – IPVA, instituído e cobrado no Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa incorreta.

(A) O imposto incide sobre a propriedade de aeronaves.

(B) É isento do pagamento do IPVA os veículos automotores terrestres com mais de 15 (quinze) anos de fabricação.

(C) A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo automotor.

(D) A alíquota é de 3% para automóveis de passeio e camionetas bi-combustíveis, movidos a álcool e/ou gasolina.

(E) O imposto é devido por duodécimos ou fração que falem para o término do exercício, na hipótese de perda da condição de não-incidência ou de isenção.

42

Com relação ao *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação* – ITD, no caso de extinção de usufruto de imóvel por renúncia do usufrutuário, assinale a afirmativa correta.

(A) O imposto não é devido, pois o ITD só incide sobre transmissão *causa mortis*.

(B) O imposto é devido, desde que o usufrutuário não seja proprietário de outro imóvel.

(C) O imposto não é devido, salvo se a extinção do usufruto tivesse decorrido de morte do usufrutuário.

(D) O imposto é devido, pois ocorreu transmissão de direito real sobre o imóvel.

(E) O imposto é devido, sendo a base de cálculo do ITD

equivalente a 60% do valor do bem.

43

Com relação à *Taxa Judiciária*, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Nos processos contenciosos em que sejam autores a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a taxa será devida, na execução, pela parte contrária, quando condenada ou no caso de aquiescência ao pedido, desde que os referidos entes políticos concedam igual benefício ao Estado do Rio de Janeiro.

(B) A Taxa Judiciária incide sobre os serviços de atuação de todos os que intervêm nos processos judiciais.

(C) Os atos praticados dentro de processo judicial, no qual se pagou a Taxa Judiciária, se autônomos, como a reconvenção e os embargos do devedor, sujeitam-se ao pagamento de Taxa Judiciária.

(D) A base de cálculo da Taxa Judiciária é o valor do pedido, assim entendido a soma do principal, juros, multas, honorários e quaisquer vantagens pretendidas pelas partes.

(E) Nos inventários e arrolamentos, a Taxa Judiciária deve ser paga até o último dia útil do sexto mês posterior à distribuição.

44

Com relação aos *prazos* para a prática dos atos no processo administrativo tributário, à luz das disposições do Código Tributário Estadual (Decreto-lei nº. 5/75), é correto afirmar que:

(A) o prazo para realização da perícia é fixado pela autoridade competente, atendido o grau de complexidade da matéria a ser examinada.

(B) a autoridade competente não pode prorrogar os prazos, ou reabri-los, a não ser diante apenas da ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

(C) não estando fixado na legislação, o prazo é de 5 (cinco) dias para a parte e, para o servidor, de 10 (dez) dias.

(D) os prazos são contínuos, excluindo-se em sua contagem o dia do início e o do vencimento.

(E) o prazo de recurso da resposta contrária aos contribuintes, em consulta por estes formulada, será, no mínimo, de 10 (dez) dias.

45

Com relação ao *juízo de julgamento do litígio no processo administrativo tributário* no estado do Rio de Janeiro, quanto à indicação do órgão ou autoridade competente para decidir, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Recurso de decisão unânime de Câmara do Conselho de Contribuintes, desfavorável à Fazenda = Secretário de Estado da Fazenda.

(B) Recurso voluntário de decisão unânime de Turma da Junta de Revisão Fiscal = Conselho de Contribuintes.

(C) Impugnação de decisão do Titular da Inspeção de Fiscalização, que indeferiu pedido de repetição de indébito = Junta de Revisão Fiscal.

(D) Recurso de ofício de decisão não unânime de Turma da Junta de Revisão Fiscal = Presidente do Conselho de Contribuintes.

(E) Recurso de decisão acordada por menos de 3/4 (três quartos) do Plenário do Conselho de Contribuintes, desfavorável à Fazenda = Secretário de Estado da Fazenda.

46

A alíquota do ICMS, aplicável nas operações ou prestações internas, pode ser de 5% (cinco por cento), se prevista:

(A) em resolução do Senado Federal.

(B) em convênio interestadual.

(C) na lei estadual.

(D) na Constituição Federal.

(E) na Constituição Estadual.

47

Com relação ao *Simples Nacional* (Lei Complementar nº. 123/06), assinale a afirmativa incorreta.

(A) A pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional pode, de ofício, ser excluída do regime, porque ofereceu resistência à

fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento onde desenvolve suas atividades.

(B) A pessoa jurídica, mesmo tendo auferido no ano-calendário receita bruta inferior a R\$ 240.000,00, não pode ingressar no Simples Nacional, porque possui débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

(C) A pessoa jurídica, embora tenha sócio domiciliado no exterior, tem seu ingresso admitido no Simples Nacional, porque se dedica exclusivamente à prestação de serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática.

(D) A pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional tem direito à apropriação de crédito do ICMS relativo às entradas de mercadorias em seu estabelecimento, até o limite do imposto efetivamente devido nas operações de venda que realizar.

(E) A pessoa jurídica, embora optante pelo Simples Nacional, é obrigada ao pagamento do ICMS nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária.

48

Com relação ao *fato gerador do ICMS*, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Na venda à ordem ou para entrega futura, considera-se ocorrido o fato gerador na data em que se efetivar a saída da mercadoria.

(B) No caso de o serviço de comunicação ser prestado mediante ficha ou cartão, o fato gerador do ICMS ocorre quando do fornecimento desses instrumentos ao usuário ou ao intermediário.

(C) A saída de pneu recauchutado ou regenerado, não é fato gerador do ICMS, sempre que efetuada pelo prestador de serviço a consumidor final.

(D) No caso de importação, considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no desembarço aduaneiro, inclusive no caso de a entrega da mercadoria importada dar-se antes do ato do despacho aduaneiro.

(E) Nas transferências de mercadorias para outro estabelecimento da mesma empresa, ocorre o fato gerador na saída das mesmas do estabelecimento remetente.

49

O contribuinte lançou crédito de ICMS indevido em sua escrita fiscal.

O fiscal de rendas que apurou a irregularidade deve adotar o seguinte procedimento:

(A) não lavrar auto de infração e apenas intimar o contribuinte a estornar o valor do crédito indevido.

(B) lavrar auto de infração para exigir apenas a multa de 60% (sessenta por cento) do respectivo valor.

(C) lavrar auto de infração com exigência do valor do crédito indevidamente apropriado, apenas com acréscimo moratório.

(D) lavrar auto de infração com exigência do valor do crédito indevidamente apropriado, com acréscimo moratório e multa de 60% (sessenta por cento) do respectivo valor.

(E) lavrar nota de lançamento.

50

Sociedade empresária “X” importou da França uma máquina para seu ativo permanente. O preço constante dos documentos de importação foi de US\$ 1.000,00.

A importadora suportou as seguintes despesas:

I. US\$ 100,00 de imposto de importação, à taxa de câmbio de R\$ 2,00;

II. R\$ 250,00 de IPI;

III. R\$ 50,00 de despesas aduaneiras diversas;

IV. R\$ 40,00 de frete pelo transporte do porto até seu estabelecimento.

O pagamento da máquina ao exportador estrangeiro foi feito ao câmbio de R\$ 2,10 e a alíquota do ICMS aplicável na importação foi de 18%.

Assinale a alternativa que indique corretamente a base de cálculo do ICMS.

- (A) igual a R\$ 2.600,00
- (B) inferior a R\$ 2.500,00
- (C) igual a R\$ 2.540,00
- (D) igual a R\$ 2.500,00
- (E) superior a R\$ 3.000,00

51

Com relação ao serviço tomado ou à mercadoria entrada no estabelecimento, a Lei Complementar nº 87/96 estabelece a obrigatoriedade do estorno do ICMS de que se tiver creditado o sujeito passivo, sempre que ocorrerem os fatos apresentados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) A mercadoria vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.
- (B) A mercadoria for alienada por importância inferior ao valor que serviu de base de cálculo na operação de que decorreu sua entrada no estabelecimento.
- (C) A mercadoria vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- (D) A mercadoria ou o serviço for objeto de saída ou prestação não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.
- (E) A mercadoria for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto.

52

Com relação à *Nota Fiscal Eletrônica – NF-e*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A NF-e pode ser utilizada em substituição à Nota Fiscal modelo 1 e 1-A, à Nota Fiscal de Venda a Consumidor modelo 2 e à Nota Fiscal do Produtor modelo 4.
- II. A validade jurídica da NF-e é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.
- III. A partir de 1º de dezembro de 2010, é obrigado a emitir NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, o contribuinte que, independentemente da atividade econômica exercida, realize operações destinadas à administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

53

Certo contribuinte do ICMS foi objeto de autuação pela fiscalização estadual fluminense.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A lavratura do auto de infração pode ter sido realizada por funcionário da Secretaria da Fazenda Estadual, para tanto designado, mesmo que não exercente do cargo de Fiscal de Rendas.
- (B) A lavratura do auto de infração foi inválida, porque o contribuinte, em perfeita submissão aos dispositivos legais próprios, autodenunciara a irregularidade apontada no auto, antes do início da respectiva ação fiscal.
- (C) Como no caso ocorreu reincidência (pela primeira vez), a multa aplicável teve seu valor original acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).
- (D) Como concomitantemente com a infração de dispositivo de caráter formal – falta de inscrição no Cadastro Estadual – verificou-se também, infração por falta de pagamento do ICMS, aplicou-se multa unicamente pela infração relativa à falta de pagamento.
- (E) O contribuinte pôde saldar o débito objeto da lavratura com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa, pois efetuou seu pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da autuação.

54

*“Sociedade empresária sediada no Estado do Rio de Janeiro, com atividade industrial, promove as seguintes operações:
I. remessa de mercadoria destinada a conserto;
II. venda de produtos para um país europeu;
III. venda de produtos para um estado do Nordeste brasileiro;
IV. remessa de produtos de sua fabricação para um de seus estabelecimentos localizado no Estado do Rio Grande do Sul.”*

Com relação a estas operações, todas destinadas a contribuintes do ICMS, assinale a alternativa correta.

(A) suspensão / imunidade / incidência, calculado à alíquota de 7% / incidência, calculado sobre o valor de custo da mercadoria produzida.

(B) isenção / imunidade / incidência, calculado à alíquota de 12% / incidência, calculado sobre o preço praticado pela empresa com comprador não considerado interdependente.

(C) não incidência / isenção / incidência, calculado à alíquota de 7% / incidência, calculado sobre o custo da mercadoria produzida.

(D) suspensão / diferimento / incidência, calculado à alíquota de 18% / incidência, calculado sobre o preço FOB estabelecimento industrial à vista.

(E) isenção / isenção / incidência, calculado à alíquota de 7% / incidência, calculado sobre o preço corrente da mercadoria produzida.

55

A respeito dos *Convênios-ICMS*, segundo a Lei Complementar nº 24, de 07.01.75, assinale a alternativa correta.

(A) Entram em vigor no trigésimo dias após a publicação de sua ratificação nacional, salvo disposição em contrário.

(B) Podem ser autorizativos e impositivos.

(C) Dependem, para concessão e revogação de benefícios e isenções do ICMS, de aprovação unânime dos Estados representados.

(D) Aplicam-se apenas às unidades da Federação cujos representantes tenham comparecido à reunião em que tenham sido celebrados.

(E) Devem ser ratificados mediante decreto de cada unidade da Federação, no prazo de 10 (dez) dias contados de sua publicação no Diário Oficial da União.

56

Sociedade empresária industrial, com relação aos produtos que fabrica e vende, sofre incidência de IPI à alíquota de 15% e concede desconto de 10% apenas para os clientes que firmarem contrato de financiamento com outra empresa do mesmo grupo. Com relação à base de cálculo do ICMS, assinale a alternativa que apresenta incorreção referente à incidência de IPI e à concessão de desconto.

(A) O valor do IPI não é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se à industrialização por adquirentes contribuintes / O valor correspondente ao desconto inclui-se na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.

(B) O valor do IPI é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se à comercialização por adquirentes contribuintes / O valor correspondente ao desconto não se inclui na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.

(C) O valor do IPI não é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se a órgão da Administração Pública Municipal / O valor correspondente ao desconto inclui-se na base de cálculo do ICMS, salvo se concedido de maneira não condicionada.

(D) O valor do IPI é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se ao consumo por adquirentes não contribuintes / O valor correspondente ao desconto não se inclui na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.

(E) O valor do IPI não é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se à comercialização ou à industrialização por adquirentes contribuintes / O valor

correspondente ao desconto inclui-se na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.

57

Sociedade empresária com atividade comercial, vende e transporta as mercadorias que aliena até o domicílio do comprador, cobrando R\$ X pela mercadoria e acrescentando R\$ Y a título de frete.

Com relação ao ICMS devido por tal contribuinte, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ICMS deve ser calculado apenas sobre R\$ Y.
- (B) O ICMS deve ser calculado apenas sobre R\$ X.
- (C) O ICMS deve ser calculado sobre o resultado da diferença entre R\$ X e R\$ Y.
- (D) O ICMS deve ser calculado sobre o resultado da soma de R\$ X e R\$ Y.
- (E) O ICMS deve ser calculado sobre o resultado da soma de R\$ X e R\$ Y, apenas se este último valor constar da competente nota fiscal.

58

Assinale a alternativa que complete corretamente o texto a seguir:

Com relação ao crédito do ICMS, relativo à aquisição de bem destinado ao ativo permanente, o contribuinte efetuou regular apropriação em prazo inferior a 4 (quatro) anos _____.

- (A) porque o bem do ativo foi alienado antes de decorrido o prazo de 4 (quatro) anos, contado da data de sua aquisição.
- (B) porque o período de apuração do imposto era superior a 1 (um) mês.
- (C) porque o total das operações de saídas tributadas no período foi inferior ao das saídas com destino ao exterior, no mesmo período.
- (D) porque a escrituração da nota fiscal relativa à aquisição do bem se deu fora do prazo regulamentar, embora no mesmo período de apuração da respectiva entrada.
- (E) porque a atividade desenvolvida pelo contribuinte adquirente do bem era exclusivamente comercial.

59

Com relação aos *documentos fiscais do ICMS*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os documentos fiscais dispensam a autenticação, embora possa o Poder Executivo exigí-la.
- II. O contribuinte deve emitir o documento fiscal que se ajuste às operações por ele realizadas.
- III. Os documentos fiscais não podem ser cancelados no caso de já terem sido escriturados no livro fiscal próprio, ou dado trânsito à mercadoria.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

60

Com relação ao *Sistema Eletrônico de Processamento de Dados – SEPD*, analise as afirmativas a seguir e assinale V para verdadeira e F para falsa.

- I. A emissão de Nota Fiscal de Venda a Consumidor por SEPD condiciona-se ao regular uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF). ()
- II. Pode ser escriturado mediante SEPD o Livro de Movimentação de Produtos (LMP). ()
- III. No caso de impossibilidade técnica de emissão de documentos fiscais pelo SEPD, o documento pode ser preenchido por outra forma. ()
- IV. É permitida, nos livros fiscais escriturados por SEPD, a escrituração das operações ou prestações de todo o período de apuração por meio de emissão única. ()

Assinale a alternativa que contenha, de cima para baixo, a ordem correta.

- (A) F – F – F – V.

- (B) F – V – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) V – F – V – V.
- (E) V – V – V – F.

61

A Lei nº 2.657/96 cogita da atribuição da qualidade de contribuinte substituto, responsável pela retenção e recolhimento do ICMS, nos casos a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Ao adquirente ou destinatário da mercadoria, pelo pagamento do imposto em operações antecedentes ou subsequentes.
- (B) Ao industrial ou outra categoria de contribuinte, pelo pagamento do imposto devido em operações anteriores.
- (C) Ao produtor, importador, distribuidor, comerciante ou transportador, pelo pagamento do imposto devido nas operações subsequentes.
- (D) Ao transportador, pelo pagamento do diferencial de alíquota, em prestações interestaduais de serviço de transporte de bens destinados ao uso, consumo e ativo permanente de contribuinte localizado no Estado do Rio de Janeiro.
- (E) Ao depositário, a qualquer título, em relação à mercadoria depositada por contribuinte.

62

Assinale a alternativa que contenha as expressões que completam corretamente o texto a seguir.

Segundo a legislação do Estado do Rio de Janeiro, o contribuinte que receber, _____, mercadoria sujeita à substituição tributária, sem que tenha sido feita a retenção _____ na operação _____, fica _____ responsável pelo recolhimento do imposto que deveria ter sido retido.

- (A) de dentro ou de fora do Estado / parcial / subsequente / solidariamente.
- (B) de dentro ou de fora do Estado / total / anterior / solidariamente.
- (C) de fora do Estado / total / anterior / subsidiariamente.
- (D) de fora do Estado / parcial / subsequente / subsidiariamente.
- (E) de dentro do Estado / parcial / anterior / pessoalmente.

63

Assinale a alternativa que descreva a situação em que o contribuinte pode ser submetido a sistema especial de controle, fiscalização e pagamento do imposto e a arbitramento do valor das operações ou prestações.

- (A) Quando deixar de recolher imposto devido, em prazo estabelecido na legislação.
- (B) Quando deixar de entregar, por período superior a 60 (sessenta) dias, declaração exigida pela legislação.
- (C) Quando ocorrer a inutilização ou extravio de livros ou documentos fiscais.
- (D) Quando mantiver equipamento emissor de cupom fiscal em desacordo com as normas regulamentares.
- (E) Quando, por qualquer motivo, haja necessidade de controlar operações abrangidas por termo de acordo ou regime especial.

64

A respeito da *Escrituração Fiscal Digital – EFD*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A EFD compõe-se da totalidade das informações fiscais, em meio digital, necessárias à apuração dos impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.
- II. Para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica da EFD, as informações devem ser prestadas em arquivo digital com assinatura digital do contribuinte, certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- III. O contribuinte obrigado à EFD poderá escriturar o livro Registro de Apuração do ICMS, modelo 9, de forma diversa, desde que autorizado pela autoridade competente.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa III estiver correta.

65

A responsabilidade pela retenção do imposto devido nas operações subsequentes com gás natural veicular (GNV) é atribuída:

- (A) ao industrial quanto ao produto que utilizar como bem de consumo.
- (B) à refinaria de petróleo estabelecida no Estado do Rio de Janeiro.
- (C) à distribuidora de combustíveis, como tal definida por órgão federal competente.
- (D) ao transportador revendedor retalhista – TRR.
- (E) à concessionária de distribuição de gás.

66

Com relação à *apuração e pagamento do ICMS*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Débito de imposto não se confunde com imposto devido.
- II. Adicionam-se aos débitos os estornos de créditos e o saldo credor apurado no período anterior.
- III. Os créditos do período são constituídos pelos valores do imposto relativo às operações de que decorrerem as entradas de mercadorias no estabelecimento.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

67

Com relação à *Taxa de Serviços Estaduais – TSE*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O não pagamento, total ou parcial, sujeita o infrator à multa corresponde a 80% (oitenta por cento) do valor da TSE não paga.
- (B) A TSE incide sobre os atos expressamente enumerados em lei complementar estadual.
- (C) A TSE não incide sobre os pedidos de benefícios funcionais e recursos de punições estatutárias.
- (D) A pessoa física que der causa à realização dos atos ou serviços que constituem seu fato gerador, é contribuinte da TSE.
- (E) A fiscalização da TSE não é da competência da Secretaria de Estado de Fazenda.

68

Compete ao Estado do Rio de Janeiro regular os procedimentos de fiscalização, de arrecadação e de lançamento de suas receitas não tributárias decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A execução dos referidos procedimentos cabe à Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, ou a outro órgão que venha a substituí-la.
- (B) A mencionada competência do Estado não alcança as receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural.
- (C) A mencionada competência do Estado exclui a da União para a regulação e fiscalização da exploração de referidos recursos hídricos e minerais.
- (D) Dentre os referidos procedimentos, não se inclui a lavratura de auto de infração pela fiscalização tributária estadual.
- (E) Nos processos referentes à constituição de créditos relativos às referidas receitas não tributárias não são aplicáveis as normas da legislação de regência do ICMS.

69

Com relação ao *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação – ITD*, devido no caso de escritura pública de inventário e partilha de bens, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O reconhecimento de isenção, imunidade e não incidência deve ser certificado pela autoridade fazendária, no plano de

partilha apresentado.

(B) O ITD deve ser pago antes da lavratura do ato notarial.

(C) Para processamento da guia de recolhimento do ITD, o interessado deve apresentar à Secretaria de Estado de Fazenda, dentre outros documentos, o plano de partilha, certidões de óbito e de casamento do autor da herança.

(D) O lançamento do ITD terá por base os valores atribuídos aos bens pela autoridade fiscal.

(E) Havendo desigualdade nas meações ou entre quinhões, sem compensação financeira compatível, não incide o ITD.

70

Analise as afirmativas a seguir.

I. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FCPDS vigorará até _____.

II. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FCPDS não alcança a atividade de _____.

III. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FCPDS tem base normativa originária em(no/na) _____.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas das afirmativas apresentadas.

(A) o ano de 2010 / fornecimento de energia elétrica residencial até 400 quilowatts/hora mensais / Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

(B) o ano de 2010 / fornecimento de alimentação / lei complementar

(C) o ano de 2011 / refino de sal para alimentação / lei ordinária

(D) o ano de 2011 / fornecimento de alimentação / Constituição Estadual

(E) o ano de 2010 / refino de sal para alimentação / Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

71

Com base na Lei nº 8.137/90, analise as afirmativas a seguir.

I. Falsificar ou alterar nota fiscal.

II. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária.

III. Vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência.

IV. Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

Assinale a alternativa que indique a quantidade correta dos tipos de crimes apresentados nas afirmativas.

Crime contra a ordem tributária

Crime funcional contra a ordem tributária

Crime contra a ordem econômica e as relações de consumo

(A) 2 2 0

(B) 2 1 1

(C) 1 2 1

(D) 1 1 2

(E) 0 2 2

72

O fiscal de rendas que, no exercício de suas atribuições de fiscalização, lançamento e cobrança de tributos, encontrar indícios da prática de ilícitos penais de natureza tributária e conexos, deve:

(A) registrar o fato no relatório de fiscalização, apenas no caso de se tratar de conduta delituosa prevista nos artigos 1º e 2º da Lei n. 8.137/90.

(B) formalizar processo administrativo independente.

(C) representar junto ao Secretário de Estado de Fazenda.

(D) encaminhar notícia ao titular da sua unidade fiscal.

(E) comunicar ao Procurador Geral de Justiça a abertura da

respectiva sindicância administrativa.

73

Com relação à *Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária* (GIA-ST) e à *Guia de Informação e Apuração do ICMS* (GIA-ICMS), analise as afirmativas a seguir e assinale V para verdadeiro e F para falso.

I. O prazo para apresentação da GIA-ST é até o dia 10 do mês seguinte ao das operações realizadas. ()

II. A GIA-ST pode ser elaborada em formulário escrito. ()

III. A GIA-ICMS pode ser emitida por programa do próprio contribuinte. ()

IV. Os estabelecimentos que realizarem exclusivamente operação com livro, revista ou periódico estão obrigados a entregar a GIA-ICMS. ()

Assinale a alternativa que contenha, de cima para baixo, a ordem correta.

(A) V – F – V – F.

(B) F – V – V – F.

(C) F – V – V – V.

(D) F – V – F – F.

(E) V – F – F – F.

74

Com relação ao sistema de sorteio público de prêmios denominado CUPOM MANIA, assinale a alternativa correta.

(A) Podem participar do sistema CUPOM MANIA pessoa jurídica ou pessoa física maior de 18 (dezoito) anos, que tenha adquirido mercadoria sujeita à tributação pelo ICMS, como consumidor final.

(B) A aprovação do regulamento do CUPOM MANIA, com validade de 01 (um) ano, fez-se por resolução do Secretário de Estado de Fazenda, podendo ser prorrogado por outra resolução do próprio Secretário.

(C) É válido para participar dos sorteios o cupom fiscal impresso por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), emitido por contribuinte estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1º de outubro de 2009.

(D) Não são considerados válidos, os cupons fiscais emitidos por estabelecimentos optantes pelo Simples Nacional, mesmo se usuários do Sistema Eletrônico de Processamento de Dados – SEPD.

(E) O envio dos dados do cupom fiscal pode ser efetuado através de telefone fixo ou aparelho celular (por meio de mensagem curta de texto – SMS), ou ainda através da Internet (endereço eletrônico www.cupommania.rj.gov.br).

75

Com relação à Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, analise as afirmativas a seguir.

I. Fixa regras atinentes à lei de diretrizes orçamentárias, à lei orçamentária anual e à execução orçamentária e cumprimento das metas.

II. Proíbe a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita.

III. Estabelece que o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária, em até 20%.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

76

Segundo a Lei n. 5.351, de 15 de dezembro de 2008, o parcelamento dos créditos do Estado do Rio de Janeiro, inscritos em dívida ativa:

(A) não poderá ser deferido, se o crédito pertencer a autarquia ou fundação pública estatal.

(B) poderá ser deferido em até 60 (sessenta) vezes, se de

natureza tributária.

(C) se deferido, não implica confissão irretratável do débito, nem expressa renúncia ou desistência de qualquer recurso, administrativo ou judicial.

(D) será cancelado, no caso de falta de pagamento de 3 (três) prestações seguidas ou de 6 (seis) intercaladas.

(E) terá o valor de suas parcelas mensais corrigido monetariamente, sem qualquer outro acréscimo.

77

Com relação à participação dos municípios na arrecadação dos impostos estaduais, com base na Lei Complementar nº 63/90, é correto afirmar que:

(A) as parcelas do ICMS pertencentes aos municípios não compreendem os juros e a correção monetária, quando arrecadados como acréscimos no pagamento do imposto pelo contribuinte.

(B) para efeito da apuração da participação de cada município na arrecadação do ICMS (25%), o primeiro critério limita em 2/4 (dois quartos) na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios.

(C) para efeito do cálculo do valor adicionado (ICMS), não se computam os valores das operações e prestações que gozem de isenção do ICMS.

(D) a participação na arrecadação do IPVA (50%) deve ser imediatamente creditada ao competente município, através do próprio documento de arrecadação, no momento do pagamento do imposto.

(E) no caso de o crédito relativo ao ICMS ser extinto por compensação ou transação, fica o Estado desobrigado de efetuar qualquer depósito ou remessa dos 25% (vinte e cinco por cento) pertencentes aos municípios.

78

Assinale a alternativa que indique a consequência que advém do fato de o contribuinte escriturar, com atraso, o documento fiscal relativo à aquisição de mercadoria.

(A) Direito de apropriar o valor do crédito no período correspondente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento.

(B) Perda do direito ao respectivo crédito do ICMS.

(C) Direito de corrigir monetariamente o valor do crédito

(D) Sujeição à penalidade, mesmo que não tenha havido início de ação fiscal.

(E) Obrigatoriedade de comunicação à repartição fiscal competente.

79

Com relação à *Propaganda* e à *Publicidade*, assinale a alternativa correta.

(A) São atividades que se sujeitam ao ICMS quanto ao planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade.

(B) São atividades que se sujeitam ao ICMS quanto à elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

(C) São atividades que não se sujeitam ao ICMS.

(D) São atividades que não se sujeitam ao ICMS, salvo no caso de promoção de vendas.

(E) São atividades que se sujeitam ao ICMS apenas quanto à publicidade.

80

Em substituição ao regime normal de apuração do imposto, as empresas prestadoras de serviços de transporte, relacionadas a seguir, devem pagar mensalmente o ICMS por estimativa, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) aquaviário de cargas e veículos.

(B) rodoviário intermunicipal de passageiros.

(C) aquaviário de passageiros.

(D) ferroviário e metroviário de passageiros.

(E) rodoviário de carga.

Gabarito

001 – D; 002 – A; 003 – D; 004 – C; 005 – B; 006 – C; 007 – A; 008 – C; 009 – B; 010 – B; 011 – D; 012 – B; 013 – E;
014 – E; 015 – E; 016 – C; 017 – C; 018 – C; 019 – E; 020 – B; 021 – B; 022 – D; 023 – E; 024 – C; 025 – A; 026 – C;
027 – C; 028 – A; 029 – A; 030 – A; 031 – D; 032 – B; 033 – A; 034 – D; 035 – E; 036 – E; 037 – C; 038 – C; 039 – A;
040 – E; 041 – A; 042 – D; 043 – B; 044 – A; 045 – D; 046 – B; 047 – D; 048 – D; 049 – D; 050 – E; 051 – B; 052 – C;
053 – B; 054 – A; 055 – A; 056 – B; 057 – D; 058 – A; 059 – A; 060 – D; 061 – D; 062 – B; 063 – C; 064 – A; 065 – E;
066 – D; 067 – C; 068 – A; 069 – E; 070 – E; 071 – B; 072 – D; 073 – A; 074 – B; 075 – A; 076 – B; 077 – D; 078 – E;
079 – C; 080 – E; 081 – A; 082 – E; 083 – A; 084 – C; 085 – B; 086 – D; 087 – E; 088 – C; 089 – B; 090 – D; 091 – B;
092 – E; 093 – C; 094 – E; 095 – E; 096 – C; 097 – A; 098 – B; 099 – C; 100 – E.